LOTEAMENTO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO 1
DO PLANO DE PORMENOR DO CHINICATO
PROJETO DE EXECUÇÃO - URBANIZAÇÃO DA ENCOSTA DO SOL

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
Anexo 2.2 – Relatório do Património Cultural

julho 2024

Assinado por: **Luciana Paula Ribeiro de Jesus**
Num. de Identificação: 09856922
Data: 2024.07.25 19:51:36 +0100

LOTEAMENTO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO 1 DO PLANO DE PORMENOR DO CHINICATO

PROJETO DE EXECUÇÃO - URBANIZAÇÃO DA ENCOSTA DO SOL

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Anexo 2.2 – Relatório do Património Cultural

Documento	Anexo 2.2 – Relatório do Património Cultural	Data: julho, 2024

	Nome	Função	Assinatura
Elaborado	Luciana de Jesus	Património Cultural	LJ
Verificado	Luciana de Jesus	Património Cultural	LJ
Aprovado	Catarina Tacão	Coordenação geral do EIA	CT

Registo de Revisões:

Revisão	Data	Elaborado	Verificado	Aprovado	Descrição

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJECTO DE URBANIZAÇÃO DA ENCOSTA DO SOL, LAGOS

DESCRITOR PATRIMÓNIO CULTURAL

Julho 2024

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

FICHA TÉCNICA

Arqueólogo Responsável – Luciana de Jesus

Trabalho de Campo – Luciana de Jesus e Henrique Matias

Elaboração de Relatório – Luciana de Jesus

Registo fotográfico – Luciana de Jesus

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

1.1 CONCEITOS

Património Arquitectónico - Elementos edificados pertencentes ao domínio da Arquitectura erudita, civil e religiosa, de fácies urbana ou rural, elaborados segundo os cânones dos diversos estilos arquitectónicos

Património Edificado – Elementos edificados pertencentes ao domínio da Arquitectura popular, civil e religiosa, de fácies urbana ou rural. Apesar de não possuírem o valor artístico do património arquitectónico o seu estilo particular, qualidade de execução e cuidado de integração na paisagem, reservam-lhe um espaço particular na caracterização da paisagem antropizada, representando a grande maioria do património edificado nacional. Correspondem à forma de habitar o espaço, urbano e rural da população ao longo da História. Exclui-se desta categoria os elementos integráveis na categoria de património Etnográfico.

Património Etnográfico – Elementos de composição do património Arquitectónico e Edificado, fundamentalmente em espaço rural. Geralmente estão associados a exploração do espaço envolvente do edificado.

Património Arqueológico – Categoria que inscreve os bens móveis ou imóveis que pela sua antiguidade, localização e metodologia de abordagem próprias se inscrevem na alínea 2 do Artigo 74 do capítulo II da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, subdividida nas categorias definidas no Thesauros (Base de Dados da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural - DGPC).

Prospecção Arqueológica Sistemática – Para efeitos do presente trabalho, face às características do projecto e condições de ocupação e visibilidade dos solos, foi considerado que se efectuou prospecção arqueológica sistemática sempre que foi possível efectuar, em condições óptimas, passagens sucessivas, espaçadas entre si cerca de 5 a 10m, no mesmo campo ou área.

Prospecção Arqueológica Não Sistemática – Para efeitos do presente trabalho, face às condições de ocupação e visibilidade dos solos, foi considerado que se efectuou prospecção arqueológica não sistemática sempre que a ocupação do solo não permitiu realizar em condições óptimas, passagens sucessivas, espaçadas entre si no mesmo campo ou área, sendo as mesmas percorridas diversas vezes, e em diversos sentidos, com o objectivo de identificar áreas onde fosse possível observar o solo, nomeadamente, clareiras, caminhos e cortes no terreno, de onde se pudessem inferir dados que pudessem ser transpostos para as áreas de maior dificuldade de observação dos solos.

Áreas intransitáveis – áreas onde o coberto vegetal não permitiu o acesso para realizar qualquer acção de prospecção, mesmo de forma não sistemática.

Os dados e resultados da acção de prospecção arqueológica são apresentados no Quadro II – Quadro síntese do Trabalho Arqueológico Realizado, onde constam uma pequena descrição das características geológicas, orográficas, do coberto vegetal e das condições de visibilidade encontradas ao longo do percurso. Neste quadro é ainda explicitado o tipo de prospecção efectuado, bem como os resultados obtidos. Este quadro foi realizado de acordo com as orientações da Tutela.

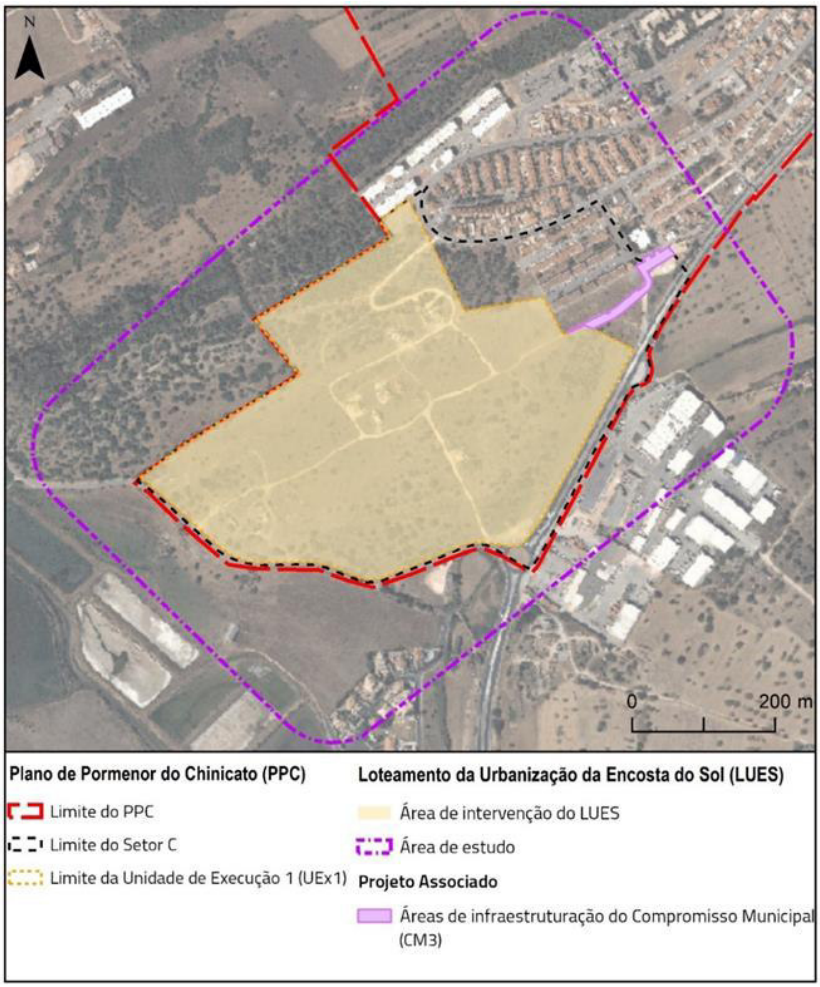
1.2 APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

O presente documento corresponde ao descritor Património Cultural do Estudo de Impacte Ambiental do projecto de Urbanização da Encosta do Sol, freguesia de São Gonçalo de Lagos, concelho de Lagos, distrito de Faro.

O presente documento apresenta-se como complemento ao trabalho de gabinete e de campo elaborado em 2022, pretendendo fundamentalmente actualizar os dados então recolhidos com base nas alterações à situação de base, fundamentalmente no que concerne o coberto vegetal e, consequentemente a visibilidade do solo e a capacidade de detecção de vestígios arqueológicos.

Tendo-se constatado, no decurso do trabalho de campo, uma significativa alteração das condições de visibilidade devido à realização de limpezas pontuais de vegetação e ao facto de a vegetação se encontrar, no geral mais seca, levaram-se a cabo novos trabalhos de prospecção arqueológica, nas áreas onde tal se considerou favorável e de percurso integral da área em estudo com o objectivo de avaliar a validade dos dados anteriormente coligidos.

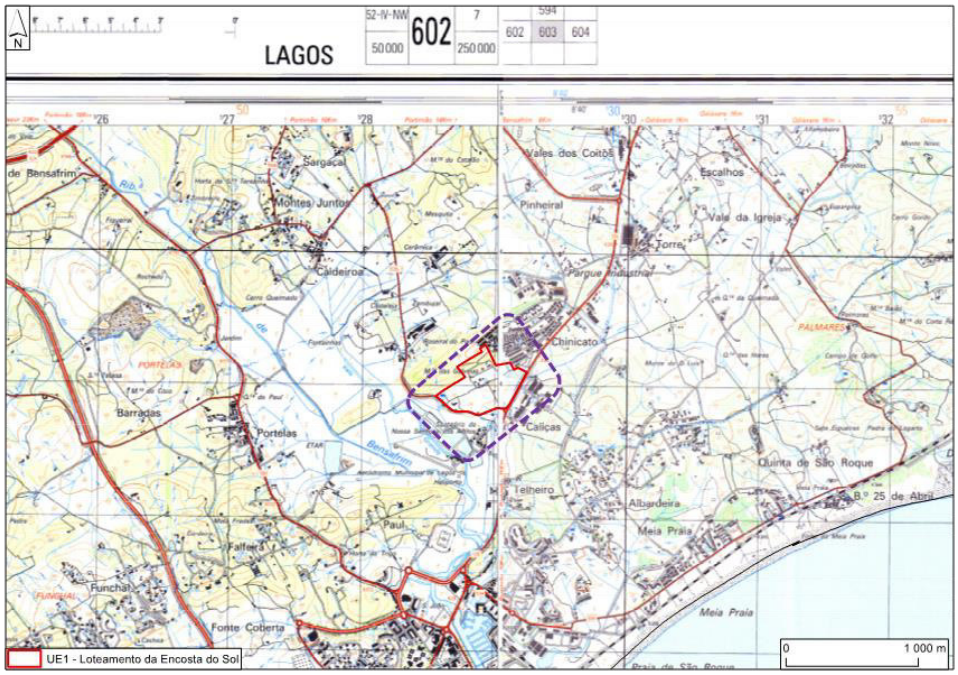
No âmbito do presente trabalho, para efeitos de levantamento e inventariação, incluíram-se as categorias de património Histórico, Arqueológico, Edificado, Arquitectónico e Etnográfico, testemunhos materiais da relação entre o Homem e o Meio, numa constante dinâmica de apropriação e adaptação que produz testemunhos materiais móveis e imóveis. Da presente proposta estão ausentes os vestígios da cultura intangível.



Localização da área do Projecto sobre Ortofotomapa de 2019 da DGT

A área adstrita ao projecto, com cerca de 19,4 hectares, localiza-se nas proximidades da povoação de Chinicato a Oeste da Zona Industrial da Marateca, sensivelmente 1,5km Norte da Cidade de Lagos, abrangida pelas Folhas 602 e 603 da Carta Militar de Portugal, à escala 1:25.000.

Coordenadas do ponto central: 37° 7'39.43"N, 8°40'27.62"W



Localização da Área de Estudo na Carta Militar de Portugal à escala 1:25.000, Folhas 602 e 603

Planta de Implantação do Plano de Pormenor do Chinicato, Progitape, Câmara Municipal de Lagos, Junho 2011

Salienta-se ainda que a área do Projecto está incluída no Plano de Pormenor do Chinicato realizado para a Câmara Municipal de Lagos, pela empresa Progitape - Aviso n.º 4264/2012, de 16 de Março, designada como Sector C e integrada na Unidade de Execução 1

No âmbito deste documento, e no que respeita ao património cultural encontra-se previsto, à partida, e face à sensibilidade arqueológica estimada, a realização de trabalhos de sondagem e Acompanhamento Arqueológico, de todos os trabalhos que impliquem revolvimento de solos. (conferir Plano de Pormenor do Chinicato, Regulamento, Artigo 26.º).

Os trabalhos de prospecção arqueológica sistemática, inscritos na Categoria C do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, foram realizados por dois arqueólogos sob a direcção de Luciana de Jesus.

As acções de prospecção procuraram perturbar o menos possível os contextos Arqueológicos, procurando ser o menos intrusivos possível. Não foi recolhido espólio arqueológico, em acordo com o proposto no Plano de Trabalhos Arqueológicos que instruiu o PATA.

1.3. OBJECTIVOS

O trabalho teve como objectivo efectuar o diagnóstico da situação patrimonial da área de intervenção do Projecto por forma a que as informações respeitantes ao Património, possam ser tidas em conta nas futuras utilizações projectadas ou a projectar para o espaço.

O trabalho, teve ainda como objectivo, efectuar o diagnóstico da situação patrimonial, bem como o levantamento, tão exaustivo quanto possível, do património localizado nesta área, através da consulta de bibliografia especializada, bases de dados disponíveis, análise cartográfica e toponímica da cartografia disponível, do contacto com instituições oficiais (incluindo a Comissão de Coordenação da Região do Algarve CCDR-Algarve, entre outras instituições) e relocalização *in situ,* dos elementos identificados.

Efetuou-se o reconhecimento integral da área de estudo e a prospeção sistemática da área de intervenção do Projecto, tendo por objectivo a relocalização de elementos já conhecidos e a identificação de elementos não constantes da bibliografia consultada.

O trabalho de gabinete e de campo deu lugar ao presente relatório, elaborado de acordo com a metodologia proposta no capítulo respectivo e com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro). Este documento procura sistematizar os resultados obtidos, procurando identificar os impactes expectáveis e preconizar medidas ambientais tidas por convenientes para a mitigação de impactes negativos e potenciação de impactes positivos.

Neste documento estão incluídos todos os registos efectuados.

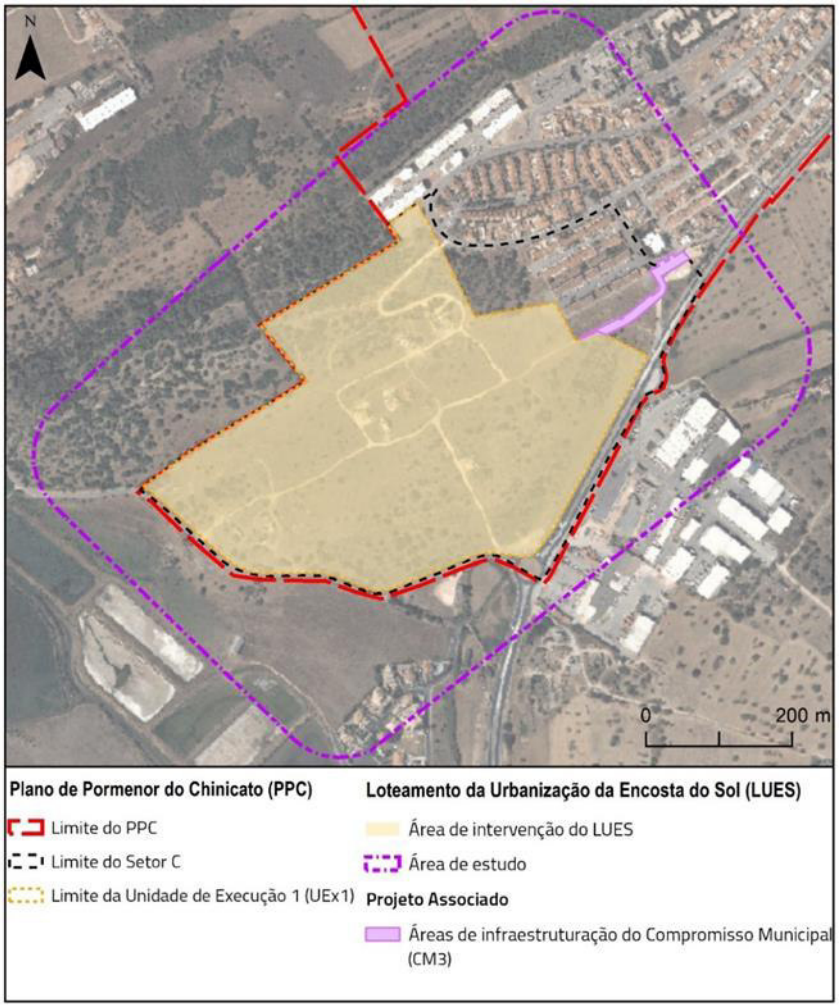
1.4. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Como área de estudo foi considerado o buffer definido pela Coordenação do Estudo de Impacte Ambiental. No entanto, no âmbito da componente ambiental Património Cultural consideraram-se as seguintes áreas:

Área de incidência direta, considerada como a área correspondente à Unidade de Execução 1, Setor C do PPC e a área correspondente ao Compromisso Municipal CM-3 (ver Figura 4.11.1), onde serão desenvolvidos todos

os trabalhos de construção e onde os impactes identificados terão uma incidência direta. Esta área foi sujeita a trabalhos de prospeção arqueológica sistemática.

Área de incidência indireta, envolvente da área de incidência direta. Nesta área, separada da área de incidência por vias de comunicação e outras acessibilidades, onde não se prevê que venham a ser exercidos quaisquer impactes resultantes da implementação do projeto, não se considerou a necessidade de proceder a trabalhos de prospeção arqueológicas, mas apenas de referenciação e relocalização de elementos patrimoniais.



Apresentação da áreas de estudo, de incidência direta e indireta do Projeto

1.5. CONTACTOS

No decurso do trabalho de gabinete e de campo foram contactados investigadores e instituições ligados à investigação, inventariação e divulgação do Património Cultural, no sentido de proceder a consultas bibliográficas, recolher informações sobre os elementos patrimoniais existentes na área em estudo, e comunicar o objectivo e âmbito dos trabalhos realizados.

- Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCDR-Algarve) para Solicitação de Autorização de Trabalhos Arqueológicos;

- Câmara Municipal de Lagos: consulta do Plano Director Municipal em vigor e da documentação respeitante à sua revisão, disponíveis no sítio oficial da autarquia;

1.6. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

Na elaboração do trabalho foi respeitada a legislação em vigor sobre Ambiente, Território e Património Cultural aplicáveis ao descritor, bem como todas as circulares aplicáveis, destacando-se:

- Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro (Lei do Património Cultural);
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho (Regime Jurídico Relativo aos Estudos, Projetos, Obras ou Intervenções que Interfiram ou Incidam em Bens Culturais Classificados, ou em Vias de Classificação);
- Circular do ex-IPA de 10 de setembro de 2004 (Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental);
- Circular n.º 4 – revista –, do ex. IPA, de 5 de janeiro de 2007;
- Circular do ex. IGESPAR, de 27 de dezembro de 2011 (Normas para apresentação da documentação digital).
- Plano Director Municipal de Lagos, do Aviso 9904/2015, de 31 de agosto, na redação dada pela Declaração n.º 99/2021 de 3 de agosto;
- Plano de Pormenor do Chinicato, Aviso n.º 4264/2012, de 16 de Março.
- Circular Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental, de 29 de março de 2023.

2. QUESTÕES METODOLÓGICAS

2.1. METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos desenvolvidos para o património cultural respeitaram a seguinte metodologia, desenvolvida em três fases sequenciais:

2.1.1. TRABALHO DE GABINETE (PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E CONSULTA INSTITUCIONAL)

O trabalho teve início com uma pesquisa bibliográfica tão exaustiva quanto possível, em bibliotecas, arquivos e bases de dados existentes, fundamentalmente ligadas a instituições oficiais como Património Cultural.IP ou Câmara Municipal, com o objectivo de recolher dados sobre o património conhecido na área de estudo.

Foram contactadas diversas instituições de tutela do Património e a Arqueóloga da Câmara Municipal de Lagos, com o objectivo de actualizar os dados recolhidos através de pesquisa bibliográfica.

O trabalho de gabinete foi sistematizado em cartografia que teve como objectivo localizar os elementos patrimoniais inventariados, por forma a poder orientar o trabalho de campo.

2.1.2. TRABALHO DE CAMPO (RELOCALIZAÇÃO E PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA SISTEMÁTICA)

O trabalho de campo consistiu no levantamento *in situ* dos elementos patrimoniais inventariados na área de estudo. Este levantamento incluiu os monumentos e sítios integráveis nas categorias de Património Histórico, Arqueológico, Edificado, Arquitectónico e Etnográfico.

O trabalho de campo incluiu a prospeção arqueológica sistemática, no interior da área de incidência do Projeto, realizada fundamentalmente nas áreas onde foram identificadas melhores condições de observação da superfície do solo devidas a alterações significativas do coberto vegetal.

Cada elemento identificado foi objecto de registo fotográfico e cartográfico, sendo descrito nas Fichas de Elemento Patrimonial, Anexos I e II.

No que concerne ao património edificado e etnográfico, foi realizado o levantamento de campo da área em estudo, com o objectivo de identificar elementos, fundamentalmente vernaculares, não constantes na bibliografia e bases de dados consultadas, procurando-se evitar a sua afectação ou, se impossível, garantir a preservação da sua memória através do registo.

2.1.3. TRABALHO DE GABINETE (ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL)

No Relatório Técnico Final compilam-se todos os dados recolhidos, de forma a poder realizar o diagnóstico da situação e o mapeamento dos elementos identificados, bem como a hierarquização da sensibilidade patrimonial identificada.

No relatório estão incluídas as fichas de elemento patrimonial e todos os elementos fotográficos recolhidos.

O relatório é enquadrado por uma integração histórica / patrimonial sumária da área em estudo.

Este documento contém igualmente a análise de impactes, positivos e negativos procurando preconizar, de forma clara e justificada, as medidas de minimização consideradas para a minimização de impactes negativos e potenciação de impactes positivos de acordo com uma metodologia própria.

3. METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DE VALOR PATRIMONIAL

Para a concretização do valor patrimonial de cada elemento, monumento ou conjunto, independentemente da sua categoria de pertença, foi definido um conjunto de oito critérios, de acordo com o articulado da Lei 107/2001 de 8 de Setembro (Artigo 17º do Título IV da), a saber:

Valor Criativo - Relacionado com a qualidade artística do elemento e o génio do seu criador.

Valor Sócio-Religioso – Valor do elemento enquanto objecto de culto ou de especial relevância para a comunidade em que se insere, independentemente do seu valor criativo.

Valor Histórico – Valor do elemento enquanto testemunho histórico relevante, a nível local, regional ou nacional.

Valor Científico – Valor do elemento, conjunto ou sítio para a investigação científica nas suas diversas vertentes, relacionado com a potencialidade científica e grau de conhecimento.

Valor Estético – Referente à qualidade estética do elemento patrimonial, difere do valor arquitectónico pela sua maior abrangência e independência em relação ao génio do criador, podendo ser aplicada a elementos de arquitectura popular, ou mesmo etnográficos.

Valor de Integração – Qualidade da integração do elemento patrimonial da sua envolvente paisagística, topográfica, orográfica e relação com o meio envolvente.

Valor Estilístico – Integração do elemento patrimonial nos cânones da sua categoria de pertença.

Valor de Pertença – Adequação do valor estilístico à dimensão local e regional.

A cada um dos critérios definidos foi atribuído um valor igual a 1, resultante da sua presença, que permitirá a quantificação do valor patrimonial global de cada ocorrência patrimonial.

O valor global de cada elemento patrimonial corresponde ao somatório dos valores definidos em cada um dos critérios em análise, correspondendo um valor patrimonial:

Reduzido – entre 1 e 2 valores

Médio – entre 3 e 5 valores

Elevado – 6 e 8 valores

Excepcional - Maior de 8 valores o que corresponde à presença de classificação legal, nos seguintes moldes:

1 valor - em caso de classificação como **Imóvel de Interesse Municipal**

2 valores - em caso de classificação como **Imóvel de Interesse Público**

3 valores - em caso de classificação como **Monumento Nacional**

4 valores - em caso de classificação como **Património Mundial da Humanidade.**

Associado ao valor patrimonial atribuído por cada um dos critérios supra definidos considerou-se o **Grau de Conhecimento** sobre o elemento patrimonial, nas dimensões de observação, investigação, registo e divulgação, sendo que, quanto menor for o conhecimento sobre o elemento patrimonial, maior a necessidade da sua preservação. Assim, para este critério foi definida uma escala gradual de 1 a 5 valores, correspondendo o valor 5 ao total desconhecimento e o valor 1 a um grau de conhecimento e divulgação que permitam um completo conhecimento sobre o elemento patrimonial.

Quando não for possível determinar o valor patrimonial de um elemento, este será considerado indeterminado, correspondendo ao valor 0.

4. INTEGRAÇÃO HISTORICA E ARQUEOLOGICA SUMARIA

De acordo com a bibliografia consultada, a qual inclui a Base de Dados Endovélico e o Plano Director Municipal os mais antigos testemunhos de ocupação humana no território do actual concelho de Lagos remontam ao

Paleolítico Médio/Superior, tendo sido identificados, e intervencionados pelas Arqueólogas Gertrudes Zambujo e Ana Quelhas, no âmbito da implantação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio, os sítios de Ferrel 1 e 2, Monte do Januário e Cruz da Pedra.

Ainda que apenas um dos sítios intervencionados, Cruz da Pedra, possuísse ainda testemunhos estratigráficos de ocupação humana, as investigadoras identificaram e recolheram, à superfície numa fina unidade de areias, indústria lítica, fundamentalmente em sílex, que aponta para uma ocupação que se estenderia desde o Paleolítico Médio ao Epipaleolítico (QUELHAS e ZAMBUJO, 1998). De acordo com a cartografia apresentada, o local mais próximo da área em estudo, Ferrel 1, localiza-se a 4km Este da área em estudo.

De cronologia pré-histórica é igualmente o sítio de Gaspar de Cima 2, intervencionado por Miguel Almeida e Maria João Neves, no âmbito dos trabalhos de construção do IC4. Neste local os investigadores recolheram abundante indústria lítica, fundamentalmente à superfície. De acordo com a cartografia apresentada este sítio localiza-se a cerca de 3km para NW da área em estudo (ALMEIDA e NEVES, 2007).

À Pré-história antiga correspondem ainda os sítios de Habitat de Figueiral de Burgau (CNS 27792), Montinho da Rocha (CNS 20447) e o achado isolado de Odiáxere (CNS 3188).

A ocupação humana, continuada na Pré-história recente deixou marcas no território de Lagos, testemunhadas por sítios de habitat: Colinas Verdes (CNS 16888), Monte do Alto 1 (CNS 16892), Odiáxere (CNS 1287), Quinta da Queimada (CNS 12548), Salgadas 1 (CNS 16890), com ocupação atribuível ao Neolítico e Monte dos Amores 1 (CNS 33598), com uma ocupação que de estende desde o Calcolítico à Época Moderna. O sítio de Ameijeira (CNS 14534) correspondente a uma oficina, testemunha um espaço de produção.

É ainda a fase, de acordo com Elena Móran e Rui Parreira (MÓRAN e PARREIRA, 2009), possivelmente porque os testemunhos mais antigos estejam actualmente submersos em resultado da subida das águas do mar após a última glaciação, que surgem as primeiras ocupações humanas no aro urbano de Lagos, testemunhadas nos sítios da Ribeira dos Touros e Praça de Armas, locais onde foram identificados, embora em contexto secundário, vestígios líticos e cerâmicos atribuíveis às primeiras sociedades agricultoras.

Aos contextos de habitat e de produção, testemunhos da vida e organização social das comunidades humanas, associam-se os contextos funerários materializados por monumentos megalíticos como o Tholos do Cerro do Moinho (CNS 908), o Dólmen do Monte Amarelo (CNS 1216) ou a Anta da Quinta da Senhora da Luz (CNS 1691) e pelos hipogeus do sítio da Torre (CNS 1374). Nas freguesias de Bensafrim, Odiáxere, fundamentalmente, mas igualmente na freguesia da Luz preserva-se ainda um interessante conjunto de monumentos que marcam a paisagem, correspondentes a Menires.

A transição do Neolítico para o Calcolítico, marca, segundo os mesmos autores uma transformação profunda na organização social que resultou numa centralização da produção e distribuição a partir de espaços centrais em torno dos quais gravitavam comunidades de menor dimensão que se vão estendendo para o *hinterland*. (MÓRAN e PARREIRA, 2009).

A ocupação atribuível à Proto-história encontra-se testemunhada no território do concelho, fundamentalmente por espaços funerários, materializados por necrópoles com inumações em cista de pedra de pequena dimensão cobertas por uma laje. Estas necrópoles formadas por um conjunto de sepulturas individuais, por vezes cobertas por montículos de pedra e sedimento, o que lhes confere monumentalidade, são para os autores, testemunho de uma alteração social, na transição do Calcolítico para a Idade do Bronze, onde se assistiria a uma maior fragmentação do povoamento e a um abandono dos povoados centrais em prol de um povoamento mais disperso com uma diferente hierarquização social e política, materializada nas diferenças identificadas nas sepulturas e espólio que acompanha o individuo na morte.

No território de Lagos encontram-se referenciadas no PDM do município, para a Idade do Bronze a necrópole de Portelas (CNS 799) e o povoado do Cabeço do Rochedo (CNS 19325). Elena Móran e Rui Parreira, referem ainda neste contexto as necrópoles de Lagos, Bensafrim entre outras (MÓRAN e PARREIRA, 2011).

De acordo com os mesmos autores, no final da Idade do Bronze, nova alteração política e social acarreta uma nova reorganização do povoamento, de forma mais centralizada formando povoados de altura com sistemas defensivos reforçados por estruturas amuralhadas. Esta nova organização, traduz para os autores a presença de "una sociedad guerrera acentuadamente jerarquizada, baseada en un control económico fuertemente centralizado y con contactos supra-regionales a través de la navegación marítima" (MÓRAN e PARREIRA, 2011, p. 123).

Nesta fase os profundos contactos com o mundo fenício-púnico, garantida pela grande via de comunicação que é o Mediterrâneo, levam "en la Bahía de Lagos en centros hegemónicos, aglomerados de características urbanas que correspondem a topónimos referenciados por los autores de la Antiguedad Clásica, como Monte Molião/Laccobriga, Vila Velha de Alvor/Ipses e Cerro da Rocha Branca/Cilpes. A este horizonte de centros de poder, articulados con la política y el comércio marítimo púnico, y a otros habitats de menor importância, corresponden necrópolis como la de Quinta de Queimada...". (MÓRAN e PARREIRA, 2011, p. 125).

O período de dominação romana encontra-se abundantemente testemunhado por todo o território do concelho de Lagos, em espaços de vida e de morte, sendo demasiado exaustivo fazer referência a todos os sítios arqueológicos identificados.

Em torno, e em complemento, dos principais núcleos habitacionais – *Laccobriga* e *Portus Hannibalis*, localizados mais próximo do litoral, com os seus espaços vivenciais e industriais, materializados por abundantes núcleos de produção de preparados piscícolas, o *hinterland* era ocupado por propriedades rurais de maior dimensão – Villae Rusticae, ou menor – casais dedicadas fundamentalmente a uma produção agrícola intensiva que se prolongaria por toda a Antiguidade Tardia incrementada em época Medieval Islâmica pela introdução de melhoramentos técnicos (MÓRAN e PARREIRA, 2009), fundamentalmente no que concerne o aprovisionamento e transporte de água.

Está integrado na categoria de villa o CNS 6979 – São Pedro do Pulgão localizada nas imediações da área em estudo. Esta villa intervencionada pela primeira vez em 2001, na sequência da urbanização da Colina do Sol, foi objecto de diversas campanhas de sondagem, manual e geofísica e acompanhamento arqueológico, tendo-se identificado estruturas murárias, restos de rebocos decorados e tesselas, bem como abundante cerâmica de construção e doméstica, disseminada pelo terreno de uma quinta agrícola. De acordo com as responsáveis pêlos trabalhos arqueológicos realizados em 2008 e 2009 – Ana Gonçalves e Maria Cidália Matos, as estruturas identificadas correspondem à *pars* urbana de uma vila com peristilo, profundamente afectadas pela construção da urbanização da Colina do Sol. Já anteriormente trabalhos levados a cabo por Nuno Bicho e António Faustino de Carvalho, tinham revelado a existência de uma lixeira, relacionável com a referida *villa*. Salienta-se que a *villa* de São Pedro do Pulgão se localiza muito próxima do *opidum* de Monte Molião tirando partido dos férteis terrenos da várzea da Ribeira de Bensafrim.

Em época de dominação islâmica o território de Lagos encontra-se na esfera de influência da importante cidade de Silves, facto que talvez possa justificar a escassez de testemunhos arqueológicos deste período identificados no interior do seu núcleo urbano, tendo apenas sido identificados os vestígios de uma alcaria com ocupação entre os séculos XII e XIII que ocupava uma posição de altura a Norte da cidade e fora do seu centro histórico. (MÓRAN e PARREIRA, 2009),

Tomada, definitivamente pêlos exércitos cristãos em 1240, a sua posição privilegiada na defesa da costa algarvia, cedo ditou a necessidade de se proceder à sua fortificação, possivelmente iniciada no reinado de D. Dinis, formando a fortificação medieval um recinto de planta rectangular com 200x300m, rodeado por um fosso cujos testemunhos têm vindo a ser identificados pelas intervenções levadas a cabo no centro histórico por Elena Móran entre outros investigadores.

A expansão urbana da vila, associada fundamentalmente às campanhas no Norte de África e à epopeia dos descobrimentos aliada a uma progressiva danificação do reduto original e à introdução dos meios de pirobalística pesada, ditaram a necessidade de construção de uma nova cerca, de características modernas, cuja dimensão original, com algumas alterações, marca ainda o traçado urbano da cidade. Esta fortificação realizada em meados do século XVI, protegia um aglomerado urbano cuja importância lhe advinha fundamentalmente das estreitas relações comerciais que teve, até ao Reinado de D. Manuel, com os territórios ultramarinos.

É neste contexto de espaço central do comércio ultramarino que aportam ao porto de Lagos os primeiros carregamentos de escravos africanos, testemunhados originalmente nas fontes documentais, e mais recentemente e após a escavação, por uma equipa liderada por Maria João Neves, por uma extensa necrópole localizada no Vale da Gafaria, na sequência da construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

Esta necrópole que, tal como o nome indica, se localizava nas imediações da Gafaria, hospital destinado ao tratamento de doentes de Lepra – Gafos, e outras doenças infecto-contagiosas, ocupava um terreno extramuros da cidade na confluência de dois pequenos cursos de água: Ribeira dos Touros e Ribeiras das Naus, local igualmente destinado ao depósito dos entulhos urbanos em época Moderna o que resultou num sítio arqueológico de grande complexidade onde foram exumados (NEVES, et. Ali,2018) 158 indivíduos, na sua maioria escravos.

Tal como ocorreu em muitas povoações do Algarve, Lagos padeceu grandemente com os efeitos do Terramoto de 1755, vendo arruinado grande parte do seu casario e parte dos seus templos e edifícios públicos, que, conforme testemunham os trabalhos arqueológicos que vêm sendo realizados, foram sendo paulatinamente reconstruídos (MÓRAN e PARREIRA, 2009).

No que respeita ao Património Classificado, refere-se que *Opidum* de Monte Molião se encontra classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992 e dista 1km para Sul da área de estudo. A cerca de 2,5km para SW de Monte Molião, localiza-se a barragem Romana da Fonte Coberta igualmente classificada como Imóvel de Interesse Público pelo mesmo Decreto. Os restantes elementos classificados da freguesia de São Gonçalo de Lagos, à excepção do Forte da Meia Praia, localizam-se no interior da área urbana de Lagos.

Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação, Direcção Geral do Património Cultural

No que concerne o Património Edificado nas proximidades imediatas da área em estudo localiza-se a ermida de São Pedro do Pulgão, pequeno edifício religioso de arquitectura popular com portal manuelino.

> "Planta longitudinal, composta por dois rectângulos justapostos e escalonados, compreendendo corpo da igreja e capela-mor com dependências anexas adossadas a N. e S., rectangulares. Coberturas diferenciadas em telhados de 2 águas sobre a nave e capela-mor e a uma água sobre os corpos laterais. Frontespício orientado de composição harmónica centrado por galilé aberta por três arcos plenos, o central de vão maior encimado por janela quadrangular sob cornija; remate em frontão de segmentos curvos perfilado por motivo contracurvado estucado, relevado, e encimado por cruz latina em ferro. Ladeiam o frontão dois campanários simétrios com sineira simples de arco pleno e rematada por cupulim acantonado por pináculos esféricos. No interior da galilé, pavimentada de tijoleira, portal em arco polilobado deprimido de arquivoltas sobrepostas apoiadas em colunelos finos que se elevam de bases facetadas. Fachadas laterais com dependências adossadas, abertas por janelas rectangulares engradadas. INTERIOR: Nave única com coro-alto a O., em arco rebaixado sobre mísulas, com balaustrada recortada, e sub-coro com tecto pintado com atributos de S. Pedro ladeados por putti; pavimento de mármore e cobertura em tecto de masseira; arco triunfal de volta perfeita com motivos geométricos estucados e pintados, ladeado por mísulas com imagens de vulto; capela-mor de planta quadrada, com altar-mor estucado e edícula com imagem; cobertura em cúpula sobre pendentes com frescos a imitar mármores polícromos decorada com festões vegetalistas estilizados."
> http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2878

5. GEOLOGIA E SOLOS[1]

A Carta Geológica de Portugal mostra que a quase totalidade da área onde se localiza o LUES se encontra em formações Mesozóicas, do Cretácico inferior indiferenciado, designadamente calcários e calcários dolomíticos, envoltos em matriz argilosa, por vezes margas e outras e terra rossa. A restante área compreende uma faixa do longo do limite sueste e abrange formações da era do Cenozóico (nomeadamente do período Quaternário - Holocénico), concretamente aluviões modernas.

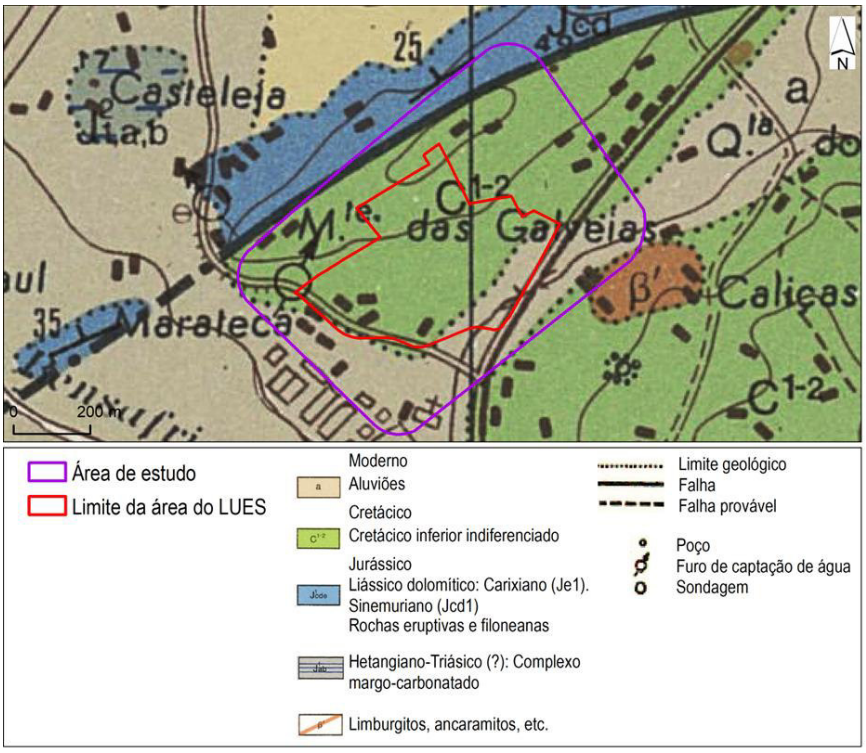
As formações do jurássico (J1cd - Liásico dolomítico) é correspondente litologicamente a dolomitos e calcários dolomíticos de Espiche. Os dolomitos e calcários dolomíticos geralmente maciços, finamente cristalinos ou sacaróides, que se sobrepõem aos Grés de Silves são das camadas mais duras da orla meso-cenozóica, originando relevos mais ou menos marcados na morfologia da região. Na área de estudo, estas formações encontram-se a norte do limite do LUES e correspondem aos topos, evidenciando-se desta forma a sua dureza (NE 52-A Portimão).

As formações cretácicas constituem uma espessa série formada essencialmente por calcários margosos, margas e arenitos, a qual aflora numa vasta área. Relativamente ao C12 - Cretácico inferior indiferenciado que ocorre na maior parte do LUES.

Em relação aos materiais do Quaternário (Moderno), estes são correspondentes a aluviões, predominantemente argilosos, aparecem ao longo dos vales dos cursos de água. Este, são responsáveis pelo intenso assoreamento que se tem feito sentir, sobretudo a partir da Idade Média (NE 52-A Portimão).

Assim, poderá ser concluído que os materiais onde o LUES se integra são dominantemente de elevada dureza, encontrando-se os setores sul e oeste em materiais pouco consolidados, finos e com elevados teores em argilas.

[1] Capítulo extraído do Estudo de Impacte Ambiental



Fonte: https://geoportal.lneg.pt/pt/dados_abertos/cgp50k/; Urbanipera, 2020

Geologia da área na área de estudo e envolvente do LUES

Junto à entrada poente do LUES

No setor nascente do LUES

Litologia presente na parte norte da área de intervenção do LUES

Junto à ER125

Litologia junto ao limite sul da área de intervenção do LUES

A distribuição e tipologia dos solos refletem predominantemente a litologia e o relevo da área. Segundo a classificação da Carta de Solos (Série SROA/CNROA, escala 1:50 000), a área em estudo insere-se essencialmente em solos calcários, vermelhos dos climas de regime xérico, normais, de calcários (Vc).

De um modo geral, os solos na área de intervenção do LUES são pouco evoluídos, formados a partir de rochas calcárias, cor pardo-avermelhada ou vermelha, apresentam uma textura franca, franco-argilosa-arenosa ou franco-argilosa-calcária, por vezes com fragmentos de calcário compacto e estrutura granulosa fina ou média moderada. Trata-se de solos pouco alcalinos a alcalinos[2]

Na sua envolvente ocorre maioritariamente o mesmo tipo de solos, sendo que também marcam presença os solos argiluviados pouco insaturados, nomeadamente solos mediterrâneos, vermelhos ou amarelos, de materiais calcários, normais, de calcários compactos ou dolomias (Vcd) e solos mediterrâneos, vermelhos ou amarelos, de materiais não calcários, com materiais lateríticos, de "rañas" ou materiais afins (Sr) e, mais afastados, os solos incipientes, nomeadamente aluviossolos modernos, calcários (para-solos calcários), de textura mediana (Ac).

No que respeita à capacidade de uso do solo ocorrem, na área do LUES, três classes. Dominam os solos integrados na classe Ce, que ocupam cerca de 83,7% e se distribuem praticamente por toda a área de estudo. Seguidamente, ocorrem os solos integrados na classe De, que correspondem a 11,5%, e que se concentram junto ao limite oeste e, por fim, verificam-se os solos da classe A, que ocupam apenas 4,8% e concentram-se, por sua vez, junto ao limite sul, concretamente na entrada para a área do LUES.

Os solos Ce possuem uma capacidade de uso moderada, limitações acentuadas, riscos de erosão elevados, são suscetíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações. Estes solos apresentam, como limitações, a erosão e o escorrimento superficial. Neste âmbito trata-se de solos em que a suscetibilidade, os riscos ou os efeitos da erosão, constituem o fator dominante de limitação. O risco de erosão (resultante da suscetibilidade à erosão e do declive) e, em certos casos, o grau de erosão, são os principais fatores a considerar para a inclusão dos solos nesta subclasse de capacidade de uso.

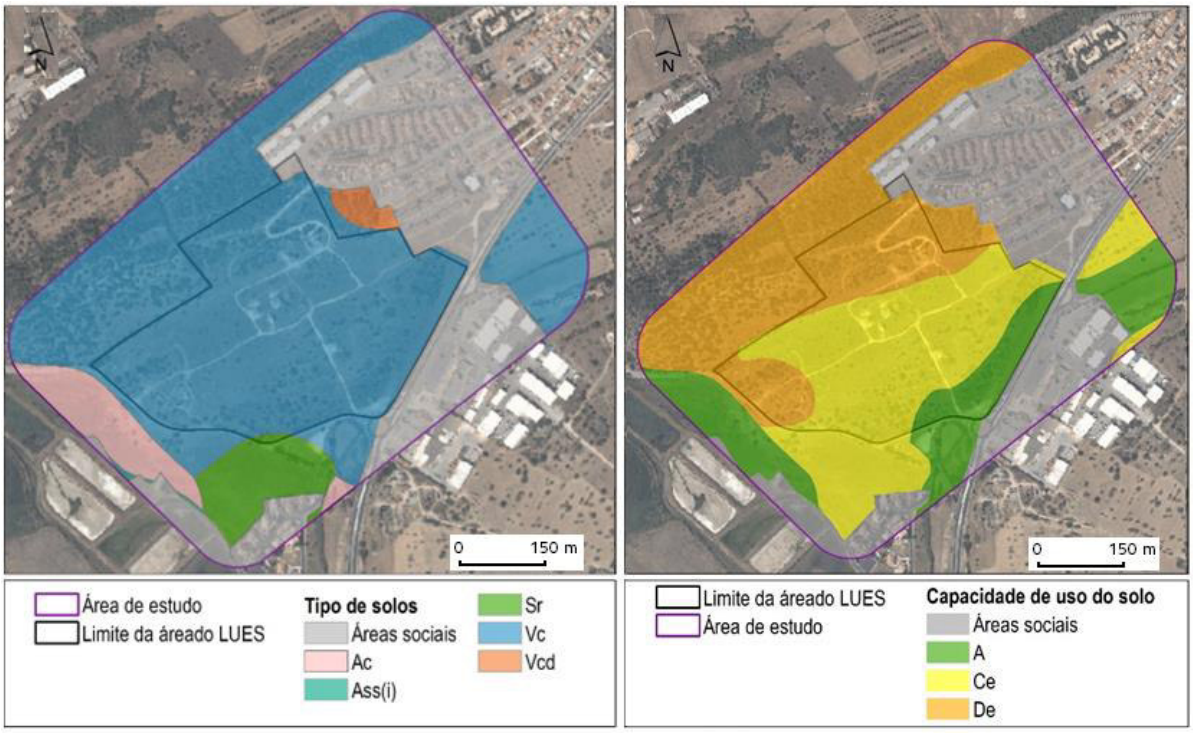
Relativamente aos solos De, estes possuem capacidade de uso baixa, limitações severas, risco de erosão elevado a muito elevado, não suscetível de utilização agrícola, salvo em casos muito especiais, poucas ou moderadas limitações para pastagem, exploração de matas e exploração florestal. Esta classe de solos possui as mesmas limitações de erosão e escorrimento superficial da classe anterior (Ce).

No que respeita aos solos incluídos na classe A os mesmos possuem capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhumas limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, suscetíveis de utilização intensiva ou de outras utilizações.

Importa ainda referir que, quer no que respeita à tipologia quer à capacidade de uso, os solos presentes na área onde se localiza o LUES não integram a Reserva Agrícola Nacional (RAN) do Concelho conforme dispõe o artigo 10.º do Decreto-Lei (DL) n.º 199/2015, de 16 de setembro: "Não integram a RAN as terras ou solos que integrem o solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal."

Com efeito, a RAN ocorre apenas na envolvente da área de estudo, ou seja, sensivelmente, a NW e SW, a partir do limite do PPC (https://lagos.city-platform.com/app/?a=epl#).

[2] Fonte: https://www.dgadr.gov.pt/images/docs/cartografia/pdf/Vc.pdf.



Fonte: DGT, 2018; Urbanipera, 2020; Carta de Solos e Capacidade de Uso, Série SROA/CNROA: DGADR, 2020

Tipos de solos e capacidade de uso na área de estudo e envolvente do LUES

6. RESULTADOS E ENQUADRAMENTO PATRIMONIAL

Na fase de pesquisa bibliográfica, no interior da área de estudo foram identificados 6 elementos patrimoniais integráveis nas categorias de património arqueológico e edificado.

No que concerne o **Património Edificado**, os elementos referenciados correspondem ao modo de vida tradicional do interior algarvio, de cariz rural caracterizado por um povoamento disperso, materializado no terreno por pequenos casais agrícolas, no entorno de propriedades de maior dimensão.

Estes conjuntos rurais, simples ou compostos por casa de habitação e anexos, pontuam a paisagem do Barrocal e Serra algarvias, apoiados por uma exploração agrícola de pequena e média dimensão.

Particularmente interessante, nos elementos identificados no interior da área de estudo é a sua fábrica marcada pela utilização de materiais de proximidade e técnicas artesanais e ancestrais como a taipa e a alvenaria ensossa que utiliza como ligante apenas a argila, abundante em toda a área.

Esta alvenaria implica a existência de um reboco de boa qualidade, constituído por argamassa de areia e cal, e de um telhado com beirado saliente, ambos destinados a evitar a acumulação de humidade no interior das paredes.

Os conjuntos rurais referenciados encontram-se em ruína, quer ao nível das coberturas, quer ao nível da estrutura parietal, embora apresentem diferentes estádios de degradação estrutural.

Particularmente interessante, quer pela sua dimensão, quer pelos elementos que o compõem e que integram estruturas de lazer, como um tanque, com alguma monumentalidade, servido por um pequeno aqueduto, é o

Elemento Patrimonial Edificado 3 que, pese embora se localize no exterior da área de estudo, se estende para o seu interior, existindo nesta área um poço circular construído em alvenaria de pedra rebocada com argamassa de areia e cal, e respectivo tanque.

Esta estrutura hidráulica, de considerável profundidade é alimentada por nascente e furo, sendo o acesso à água efectuado por mergulho com base numa estrutura de madeira, possivelmente uma trave, assente em duas colunas integradas paralelamente na estrutura do poço.

No interior da área de estudo, foram ainda identificadas duas eiras circulares, património etnográfico, com revestimento de argamassa bastarda uma das quais rodeada por um muro de alvenaria de pedra e argamassa de areia e cal, as quais não foram objecto de referenciação individual no Anexo I, por se considerar não possuírem valor patrimonial.

Foi ainda identificado um muro de propriedade em alvenaria ensossa de pedra calcária não aparelhada, marcando o limite entre a propriedade e a Estrada Municipal EM 535-1 e um muro de alvenaria pobre de pedra e argamassa de areia e cal de coloração rosada, que deverá corresponder ao remanescente de um pequeno anexo de apoio à actividade agrícola.

Relativamente ao **Património Arqueológico**, salienta-se, que toda a área de estudo pode ser considerada de elevada sensibilidade, e assim foi definida no Plano de Pormenor do Chinicato, por se encontrar na proximidade imediata da Vila Romana de São Pedro do Pulgão CNS 6979, cujo conjunto principal se deve localizar na

pequena elevação ocupada pela Capela de São Pedro, referenciada na Carta Militar como santuário de Nossa Senhora dos Aflitos.

Esta situação, levou a que fosse considerada no Plano de Pormenor do Chinicato a necessidade de se proceder a trabalhos arqueológicos prévios e de acompanhamento, para todos os casos em que estejam previstos trabalhos que impliquem revolvimento de solos, independentemente da sua natureza, meio de realização e objectivos:

> *Artigo 26º - Vestígios Arqueológicos*
>
> *1. Na área identificada como Unidade de Execução 1, dado o seu potencial valor arqueológico, todos os trabalhos que impliquem revolvimento ou remoção de terras devem ter acompanhamento arqueológico.*
>
> *a) Nesta área qualquer operação urbanística deve ser alvo de sondagens arqueológicas;*
>
> *b) Na área da Unidade de Execução 1 qualquer operação urbanística deve ser alvo de acompanhamento arqueológico.*
>
> *2. Os espaços de interesse arqueológico são espaços culturais onde deve ser privilegiada a protecção, conservação e, se possível, a valorização dos vestígios arqueológicos neles existentes.*
>
> *3. Os processos de licenciamento e autorização de operações urbanísticas a realizar na área referida no número 1, devem ser instruídos com um parecer sobre a componente arqueológica, subscrito por um arqueólogo do município, ou, na sua ausência, da entidade da tutela.*
>
> *4. Os pareceres elaborados por arqueólogo do município deverão ser remetidos para a entidade da tutela.*
>
> *5. O aparecimento de vestígios arqueológicos determina a imediata suspensão da obra e a realização de sondagens ou escavações, sendo o seu resultado objecto de parecer vinculativo do IGESPAR.*
>
> *6. No caso de suspensão das obras, a retoma das mesmas fica dependente da emissão de parecer relativo à componente arqueológica subscrito por arqueólogo do município e da entidade da tutela.*
>
> *7. Em resultado das intervenções arqueológicas referidas nos pontos anteriores, poderão resultar alterações às operações urbanísticas, de modo a ser possível preservar ou musealizar eventuais estruturas arqueológicas.*

Confirmando a potencial sensibilidade arqueológica da área em estudo, foram identificadas três áreas de dispersão de vestígios cerâmicos de superfície, cuja cronologia se estende desde a Pré-história recente EPA 3, até à Época Contemporânea EPA 1 e 2, passando pelo período de dominação romana. Estas pequenas concentrações foram identificadas à superfície do solo em áreas de visibilidade facilitada pela presença de áreas de menor recobrimento vegetal, desconhecendo-se a verdadeira dimensão da sua dispersão, bem como o valor patrimonial e científico das ocorrências.

Localização dos Elementos Patrimoniais, Google Earth Pro, sem escala

7. AVALIAÇÃO DE IMPACTES E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

7.1. INTRODUÇÃO

De acordo com os objetivos e programação do Projeto de Loteamento da Unidade de Execução 1 do Plano de Pormenor do Chinicato - Urbanização da Encosta do Sol (LUES) o presente Estudo de Impacte Ambiental, compreende apenas a Operação de Loteamento e Obras de Urbanização, respeitante à construção e reabilitação das diversas infraestruturas que servirão a área a edificar numa fase futura após a aquisição dos lotes.

A existência prévia de uma rede de acessos e infraestruturas de abastecimento e drenagem, que apesar de necessitar de substituição, se encontra já implantada no terreno, diminui parcialmente a afetação arqueológica a realizar na fase de construção do projeto, em virtude de se procurar utilizar os percursos já existentes, diminuindo assim a necessidade de revolvimento de solos ainda não afetados.

No entanto, no presente desenho do projeto estão contemplados um conjunto de ações que, por se desenvolverem parcialmente em áreas onde foram identificados vestígios arqueológicos (Elementos Patrimoniais Arqueológicos (EPA) 2 e 3, são consideradas de afetação potencialmente significativa, tendo em consideração o facto de os sítios arqueológicos serem apenas identificados e caracterizados em prospeção, por vestígios identificados à superfície desconhecendo-se a sua verdadeira dimensão, significado científico e condições de preservação. Estão incluídas nestas ações de potencial afetação significativa:

- A construção de novos arruamentos e áreas de estacionamento e plantio de arvoredo em caldeira, nomeadamente:
  - No prolongamento e construção para oeste da Rua A e construção do arruamento A na área de ocorrência do EPA3
  - No prolongamento e construção da Rua J e de estacionamentos e plantio de arvoredo em caldeira nas Ruas J e O na área de ocorrência do EPA2
- Implantação de redes de infra-estruturas diversas que acompanham os novos arruamentos parcialmente nas áreas de ocorrência dos EPA 2 e 3,
- A criação de uma área verde, parcialmente na área de ocorrência do EPA1
- E, fundamentalmente a preparação prévia da topografia, com regularização de cotas nas áreas de declive mais acentuado o que implica trabalhos de escavação e terraplenagem nas áreas de ocorrência dos EPA2 e EPA3.

Salienta-se aqui que a menção específica das ações supra referidas que terão lugar em áreas onde foram identificados vestígios arqueológicos não obsta a necessidade de serem desenvolvidos trabalhos arqueológicos na restante área do intervenção do Projeto, considerada de elevada sensibilidade arqueológica pelo Plano de Pormenor do Chinicato (PPC), uma vez que a identificação de vestígios arqueológicos à superfície está condicionada pelas condições de visibilidade encontradas, tendo sido identificadas na área sujeita a prospeção arqueológica sistemática, áreas de visibilidade reduzida (conferir condições de visibilidade no quadro do Anexo II)

Paralelamente, tratando-se de um Loteamento cujo objetivo final será a construção de moradias de habitação, com garagem, de diversas tipologias, ações que implicam igualmente significativas afetações do solo e subsolo, as medidas de minimização do impacte sobre o Património Arqueológico, deverão de acordo com o espírito e a letra do PPC, ser aplicadas nessa fase, igualmente considerada de construção, apesar de não ser da responsabilidade do Promotor.

Nesta futura fase de construção, já da responsabilidade dos proprietários dos lotes, está integrada a construção do parque habitacional de acordo com projetos individuais a submeter à Autarquia para licenciamento.

Assim, tendo em consideração o anteriormente referido bem como a incidência dos trabalhos arqueológicos realizados sobre a totalidade da área de intervenção é apresentada no presente capítulo a avaliação de impactes sobre o património associados ao LUES.

7.2. FASE DE CONSTRUÇÃO

De acordo com a responsabilidade das ações a realizar foram considerados dois momentos na Fase de Construção: o primeiro respeitante ao Projeto de Urbanização e Loteamento relativo à URBANIPERA e um segundo respeitante à construção de cada moradia da responsabilidade dos respetivos proprietários e sujeito a licenciamento autárquico.

Tendo em consideração o tipo de Projeto, num primeiro momento este corresponde, no essencial, à fase de execução das redes de infraestruturas e sua ligação às redes de infraestruturas existentes, à construção da rede viária a criar/beneficiar e à execução dos pavimentos e arranjos exteriores e à regularização da topografia para a preparação dos lotes para construção.

No que concerne às moradias a instalar no interior dos respetivos lotes, estes serão posteriormente alvo de projetos autónomos, cujas características de momento apenas se sabe que terão um piso enterrado destinado a garagem, e licenciamento a requerer pelos respetivos proprietários, junto da Autarquia.

Durante a fase de construção, e em termos genéricos, as principais atividades consideradas como potencialmente geradoras de impactes são as seguintes:

- Instalação e funcionamento do Estaleiro;
- Demolição de ruínas;
- Escavação para remoção e substituição das infra-estruturas existentes;
- Circulação de maquinaria e veículos afectos à obra;
- Desmatação e decapagem do terreno;
- Terraplenagens necessárias à regularização e preparação do terreno para instalação das novas infra-estruturas que compõem o projecto e para preparação dos lotes para a futura construção das moradias;
- Construção das infra-estruturas;
- Armazenamento temporário de resíduos e de materiais sobrantes;
- Transporte de materiais para aterro;

FASE DE EXPLORAÇÃO

A identificação dos impactes associados à fase de exploração revela-se mais complexa do que a relativa à fase de construção. Efetivamente, a fase de exploração respeita ao uso efetivo do território, ou seja, com a utilização das infraestruturas e as habitações construídas que, não são da responsabilidade do Promotor, mas sim dos proprietários dos lotes que, como anteriormente referido, terão de submeter os respetivos projetos de licenciamento à Câmara Municipal de Lagos (CM-Lagos).

Atendendo ao enunciado, para a fase de exploração identificaram-se as seguintes ações como potencialmente geradoras de impacte, não sendo nenhuma delas da responsabilidade do Promotor:

- Limpeza corrente dos espaços habitacionais, de comércio e serviços e de espaços públicos
- Reparação e manutenção de edifícios
- Reparação e manutenção de infra-estruturas
- Manutenção de espaços verdes
- Transporte rodoviário de moradores, utentes e visitantes

Tendo em consideração o referido anteriormente **não se prevê que venham a ser exercidos impactes ambientais na fase de exploração** nos termos do Património Cultural.

7.2.1. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

7.3.1.1 AVALIAÇÃO DE IMPACTES PARA A FASE DE CONSTRUÇÃO

A implementação do Projeto do LUES, nas suas diferentes dimensões, a curto e médio prazo, implica significativos trabalhos de revolvimento de solos, num território, potencialmente sensível do ponto de vista do património arqueológico, face à proximidade da Vila Romana de São Pedro do Pulgão, e onde a identificação de vestígios arqueológicos foi dificultada pela presença de depósitos de aterro e áreas de visibilidade muito reduzida.

Como referido no capítulo anterior, foram identificados no interior da área de estudo, **três ocorrências de cariz arqueológico**:

- **EPA1/Chinicato 1**: Pequena dispersão de fragmentos cerâmicos de cronologia Moderna/Contemporânea;
- **EPA2/Chinicato 2**: Dispersão de fragmentos cerâmicos de cronologia Romana e Moderna/Contemporânea
- **EPA3/Chinicato 3**. Pequena concentração de fragmentos cerâmicos de cronologia pré-histórica.

Por se localizarem no interior da área a urbanizar e edificar, todos os elementos patrimoniais identificados são passíveis de sofrer impactes, negativos, de forma directa.

Para o património arqueológico, revelado à superfície, muitas vezes apenas por ténues vestígios não é possível avaliar, **só com base na prospecção de superfície a verdadeira significância** pelo que se optou por considerar este **parâmetro de significância indeterminada**.

No que concerne a análise do Projecto de Arquitectura, consideram-se particularmente significativos os impactes negativos potenciais, exercidos sobre todos os elementos patrimoniais identificados por diversas acções que implicam revolvimentos de solos de diferentes dimensões, a realizar no contexto da construção de novos acessos, áreas de estacionamento e plantio de arvoredo em caldeira, implementação de novas infra-estruturas que implicam a escavação de valas com uma profundidade máxima estimada de 1,10m e, fundamentalmente, trabalhos de escavação de grande profundidade a realizar para a regularização da topografia nas áreas de pendente mais acentuada, nomeadamente:

- **EPA1/Chinicato 1**: Pequena dispersão de fragmentos cerâmicos de cronologia Moderna/Contemporânea.

  A implantação do Projeto na área de dispersão dos vestígios arqueológicos implica, trabalhos de revolvimento de solos, decapagem de terra vegetal e plantio de espécies vegetais para a criação de uma área verde localizada a norte da EM-535-1.

  A fase de construção das habitações implicará consideráveis trabalhos de escavação para construção das habitações referentes aos Lotes 37C, 38C e 39C.

  Todas estas acções são passíveis de causar impactes negativos, de forma directa e de significância indeterminada.

- **EPA2/Chinicato 2**: Dispersão de fragmentos cerâmicos de cronologia Romana e Moderna/Contemporânea

A implantação do Projecto na área de dispersão dos vestígios arqueológicos implica trabalhos de revolvimento de solos, decapagem e escavação de diferentes profundidades para:

- Construção e reabilitação de arruamentos, nomeadamente construção da Rua J
- Construção de áreas de estacionamento relacionados com as Ruas J e O
- Plantio de arvoredo em caldeira na envolvente das Ruas J e O
- Construção do pequeno empasse no limite oeste da Rua O
- Implantação e reabilitação de infraestruturas diversas sob os passeios das Ruas J e O, com uma profundidade máxima estimada de 1,10m
- Trabalhos de escavação e terraplenagem de diferentes dimensões para a regularização da topografia dos Lotes 92C, 93C, 94C, 95C, 96C, 97C, 98C, 99C, 100C
- A fase de construção das habitações implica consideráveis trabalhos de escavação para construção das habitações referentes aos Lotes 88C, 89C, 90C, 91C, 92C, 93C, 94C, 95C, 96C, 97C, 98C, 99C, 100C

Todas estas ações são passíveis de causar impactes negativos, de forma direta e de significância indeterminada.

- **EPA3 – Chinicato 3**: Pequena concentração de fragmentos cerâmicos de cronologia pré-histórica.

A implantação do projeto na área de dispersão dos vestígios arqueológicos implica, na fase de construção, trabalhos de revolvimento de solos, decapagem e escavação de considerável profundidade para:

- Construção e reabilitação de arruamentos, nomeadamente o prolongamento para Oeste da Rua A;
- Construção do arruamento A
- Construção de áreas de estacionamento relacionados com a Rua A
- Plantio de arvoredo em caldeira na envolvente da Rua A
- Implantação de infraestruturas diversas sob os passeios da Rua A e arruamento A com uma profundidade máxima estimada de 1,10m
- Trabalhos de escavação de considerável profundidade para a regularização da topografia dos lotes 196C, 197C, 198C, 199C, 200C, 201C, 202C, 220C, 221C, 22C, 223C e 224C

A fase de construção das habitações implicará igualmente trabalhos de escavação para construção das habitações referentes aos lotes 196C, 197C, 198C, 199C, 200C, 201C, 202C, 220C, 221C, 22C, 223C e 224C, no entanto salienta-se aqui que, tendo em consideração as características identificadas em trabalho de campo é possível que, pelo menos em parte da área afeta a estes lotes a escavação realizada anteriormente, para regularização da topografia, tenha já atingido o substrato geológico.

Todas estas ações são passíveis de causar impactes negativos, de forma direta e de significância indeterminada.

7.2.2. PATRIMÓNIO EDIFICADO

7.3.1.1 AVALIAÇÃO DE IMPACTES PARA A FASE DE CONSTRUÇÃO

Como referido no capítulo anterior, foram identificados no interior da área de estudo, três ocorrências de cariz edificado cujo valor patrimonial foi considerado reduzido para os EPE1, e EPE2, e médio para o EPE3. Salienta-se, no entanto, que os **elementos mais significativos do conjunto EPE3 se localizam no exterior da área de intervenção do LUES** não se prevendo que venham a ser afetados pela implantação do Projeto.

No que concerne os restantes: **EPE1** - Pequena casa de habitação; **EPE2** - Casa de habitação; **EPE3** - Poço e tanque, estando prevista no Plano de Pormenor do Chinicato a sua demolição, sofrerão impactes negativos, diretos, podendo ser considerados como pouco significativos.

7.3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

7.3.1. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO PARTICULARES

7.4.1.1 FASE DE CONSTRUÇÃO – PLANO DE URBANIZAÇÃO E LOTEAMENTO

EPA1 - Chinicato 1. Pequena dispersão de fragmentos cerâmicos de cronologia Moderna/Contemporânea.

A implantação do projecto na área de dispersão dos vestígios arqueológicos implica, trabalhos de revolvimento de solos, decapagem de terra vegetal e plantio de espécies vegetais para a criação de uma área verde.

Para poder determinar a dimensão e valor científico/patrimonial dos vestígios arqueológicos identificados, as medidas de minimização deverão passar pela realização de trabalhos arqueológicos de diagnóstico prévio, materializados em Sondagens arqueológicas que contemplem, pelo menos dez por cento da área a afectar pêlos trabalhos de revolvimento de solos.

Estes trabalhos prévios, que vêm de encontro ao preconizado no Artigo 26.º do Plano de Pormenor do Chinicato, deverão ser realizados, exclusivamente com meios manuais e precedidos de trabalhos desmatação, com Acompanhamento Arqueológico, com o objectivo de definir a verdadeira área de dispersão dos vestígios arqueológicos, devendo os dez por cento da área a contemplar nas sondagens de diagnóstico, ser calculados com base na área total de dispersão.

Para além da realização de trabalhos de diagnóstico, toda a área onde foram identificados vestígios arqueológicos deverá ser sujeita a Acompanhamento Arqueológico sistemático e presencial, em todas as fases que impliquem revolvimento de solos, desde a desmatação à escavação, até ser alcançada a cota de base do projecto ou o substrato geológico.

EPA2 – Chinicato 2. Dispersão de fragmentos cerâmicos de cronologia Romana e Moderna/Contemporânea

A implantação do projecto na área de dispersão dos vestígios arqueológicos implica, na Fase de Urbanização e Loteamento trabalhos de revolvimento de solos, decapagem e escavação de diferentes profundidades e com diferentes objectivos.

Para poder determinar a dimensão e valor científico/patrimonial dos vestígios arqueológicos identificados, as medidas de minimização deverão passar pela realização de trabalhos arqueológicos de diagnóstico prévio, materializados em Sondagens arqueológicas que contemplem, pelo menos dez por cento da área a afectar pêlos trabalhos de revolvimento de solos.

Estes trabalhos prévios, que vêm de encontro ao preconizado no Artigo 26.º do Plano de Pormenor do Chinicato, deverão ser realizados, exclusivamente com meios manuais e precedidos de trabalhos desmatação, com Acompanhamento Arqueológico, com o objectivo de definir a verdadeira área de dispersão dos vestígios arqueológicos, devendo os dez por cento da área a contemplar nas sondagens de diagnóstico, ser calculados com base na área total de dispersão.

Para além da realização de trabalhos de diagnóstico, toda a área onde foram identificados vestígios arqueológicos deverá ser sujeita a Acompanhamento Arqueológico sistemático e presencial, em todas as fases que impliquem revolvimento de solos, desde a desmatação à escavação, até ser alcançada a cota de base do projecto ou o substrato geológico.

EPA3 – Chinicato 3. Pequena concentração de fragmentos cerâmicos de cronologia pré-histórica.

A implantação do projecto na área de dispersão dos vestígios arqueológicos implica, na Fase de Urbanização e Loteamento, trabalhos de revolvimento de solos, decapagem e escavação considerável profundidade e com diferentes objectivos.

A implantação do projecto na área de dispersão dos vestígios arqueológicos implica, na Fase de Urbanização e Loteamento trabalhos de revolvimento de solos, decapagem e escavação de diferentes profundidades e com diferentes objectivos.

Para poder determinar a dimensão e valor científico/patrimonial dos vestígios arqueológicos identificados, as medidas de minimização deverão passar pela realização de trabalhos arqueológicos de diagnóstico prévio, materializados em Sondagens arqueológicas que contemplem, pelo menos dez por cento da área a afectar pêlos trabalhos de revolvimento de solos.

Estes trabalhos prévios, que vêm de encontro ao preconizado no Artigo 26.º do Plano de Pormenor do Chinicato, deverão ser realizados, exclusivamente com meios manuais e precedidos de trabalhos desmatação, com Acompanhamento Arqueológico, com o objectivo de definir a verdadeira área de dispersão dos vestígios arqueológicos, devendo os dez por cento da área a contemplar nas sondagens de diagnóstico, ser calculados com base na área total de dispersão.

Para além da realização de trabalhos de diagnóstico, toda a área onde foram identificados vestígios arqueológicos deverá ser sujeita a Acompanhamento Arqueológico sistemático e presencial, em todas as fases que impliquem revolvimento de solos, desde a desmatação à escavação, até ser alcançada a cota de base do projecto ou o substrato geológico.

Para esta área em específico e tendo em consideração as características geológicas, o Acompanhamento Arqueológico deverá ser particularmente atento à possibilidade de detecção de cavidades cársicas.

7.4.1.2. FASE DE CONSTRUÇÃO – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES

EPA1 - Chinicato 1. Pequena dispersão de fragmentos cerâmicos de cronologia Moderna/Contemporânea.

A fase de construção das habitações implica consideráveis trabalhos de escavação para construção das habitações referentes aos Lotes 37C, 38C e 39C.

Esta acção é passível de causar impactes negativos, de forma directa e de significância indeterminada.

Para poder determinar a dimensão e valor científico/patrimonial dos vestígios arqueológicos identificados, as medidas de minimização deverão passar pela realização de trabalhos arqueológicos de diagnóstico prévio, materializados em Sondagens arqueológicas que contemplem, pelo menos dez por cento da área a afectar pêlos trabalhos de revolvimento de solos.

Estes trabalhos prévios, que vêm de encontro ao preconizado no Artigo 26.º do Plano de Pormenor do Chinicato, deverão ser realizados, exclusivamente com meios manuais e precedidos de trabalhos desmatação, com Acompanhamento Arqueológico, com o objectivo de definir a verdadeira área de dispersão dos vestígios arqueológicos, devendo os dez por cento da área a contemplar nas sondagens de diagnóstico, ser calculados com base na área total de dispersão.

Para além da realização de trabalhos de diagnóstico, toda a área onde forem identificados vestígios arqueológicos deverá ser sujeita a Acompanhamento Arqueológico sistemático e presencial, em todas as fases que impliquem revolvimento de solos, desde a desmatação à escavação, até ser alcançada a cota de base do projecto ou o substrato geológico.

EPA2 – Chinicato 2. Dispersão de fragmentos cerâmicos de cronologia Romana e Moderna/Contemporânea

A fase de construção das habitações implica consideráveis trabalhos de escavação para construção das habitações referentes aos Lotes 88C, 89C, 90C, 91C, 92C, 93C, 94C, 95C, 96C, 97C, 98C, 99C, 100C

Esta acção é passível de causar impactes negativos, de forma directa e de significância indeterminada.

Para poder determinar a dimensão e valor científico/patrimonial dos vestígios arqueológicos identificados, as medidas de minimização deverão passar pela realização de trabalhos arqueológicos de diagnóstico prévio, materializados em Sondagens arqueológicas que contemplem, pelo menos dez por cento da área a afectar pelos trabalhos de revolvimento de solos.

Estes trabalhos prévios, que vêm de encontro ao preconizado no Artigo 26.º do Plano de Pormenor do Chinicato, deverão ser realizados, exclusivamente com meios manuais e precedidos de trabalhos desmatação, com Acompanhamento Arqueológico, com o objectivo de definir a verdadeira área de dispersão dos vestígios arqueológicos, devendo os dez por cento da área a contemplar nas sondagens de diagnóstico, ser calculados com base na área total de dispersão.

Para além da realização de trabalhos de diagnóstico, toda a área onde forem identificados vestígios arqueológicos deverá ser sujeita a Acompanhamento Arqueológico sistemático e presencial, em todas as fases que impliquem revolvimento de solos, desde a desmatação à escavação, até ser alcançada a cota de base do projecto ou o substrato geológico.

EPA3 – Chinicato 3. Pequena concentração de fragmentos cerâmicos de cronologia pré-histórica.

A fase de construção das habitações implica igualmente trabalhos de escavação para construção das habitações referentes aos Lotes 196C, 197C, 198C, 199C, 200C, 201C, 202C, 220C, 221C, 22C, 223C e 224C, no entanto salienta-se aqui que, tendo em consideração as características identificadas em trabalho de campo é possível que, pelo menos em parte da área afecta a estes lotes a escavação realizada na fase anterior, para regularização da topografia tenha já atingido o substrato geológico.

Esta acção é passível de causar impactes negativos, de forma directa e de significância indeterminada.

Para poder determinar a dimensão e valor científico/patrimonial dos vestígios arqueológicos identificados, as medidas de minimização deverão passar pela realização de trabalhos arqueológicos de diagnóstico prévio, materializados em Sondagens arqueológicas que contemplem, pelo menos dez por cento da área a afectar pêlos trabalhos de revolvimento de solos.

Estes trabalhos prévios, que vêm de encontro ao preconizado no Artigo 26.º do Plano de Pormenor do Chinicato, deverão ser realizados, exclusivamente com meios manuais e precedidos de trabalhos desmatação, com Acompanhamento Arqueológico, com o objectivo de definir a verdadeira área de dispersão dos vestígios arqueológicos, devendo os dez por cento da área a contemplar nas sondagens de diagnóstico, ser calculados com base na área total de dispersão.

Para além da realização de trabalhos de diagnóstico, toda a área onde foram identificados vestígios arqueológicos deverá ser sujeita a Acompanhamento Arqueológico sistemático e presencial, em todas as fases que impliquem revolvimento de solos, desde a desmatação à escavação, até ser alcançada a cota de base do projecto ou o substrato geológico.

Para esta área em específico e tendo em consideração as características geológicas, o Acompanhamento Arqueológico deverá ser particularmente atento à possibilidade de detecção de cavidades cársicas.

7.3.2. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO GENÉRICAS

7.4.2.1 FASE DE CONSTRUÇÃO – PLANO DE URBANIZAÇÃO E LOTEAMENTO E FASE DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES

O Projecto de Urbanização e Loteamento, tendo em conta a pré-existência de infra-estruturas viárias e de abastecimento e saneamento, implica diferentes graus de afectação do património arqueológico, conforme se trate de acções de reabilitação ou melhoramento das infra-estruturas existentes ou de acções destinadas á construção e implantação de novas infra-estruturas e espaços verdes, pelo que as medidas de minimização apresentadas deverão ser adequadas á situação, assim:

Nas acções que impliquem fundamentalmente a reabilitação de infra-estruturas já existentes e o revolvimento de solos em áreas já muito alteradas pela presença de acessos e redes de infra-estruturas, as medidas de minimização a implementar passam fundamentalmente por:

1. Acompanhamento Arqueológico sistemático da remoção dos depósitos de aterro e de desmatação, para evitar afectações mecânicas da superfície do solo original nas áreas de instalação do estaleiro e áreas afectas aos trabalhos de obra, nomeadamente parques de máquinas, área social e áreas de depósito temporário de inertes;.
2. Todos os trabalhos que impliquem revolvimentos de solos, incluindo desmatações, decapagens, escavações, para remoção e substituição de infra-estruturas, para reabilitação de infra-estruturas, implantação de estaleiros e criação de áreas de depósito temporário de solos, deverão ser objecto de Acompanhamento Arqueológico sistemático até à cota de base do projecto ou ao topo do substrato geológico. Esta acção justifica-se pelo facto de existirem áreas não afectadas junto aos traçados das infra-estruturas existentes.
3. Os resultados do acompanhamento arqueológico poderão ditar a necessidade de se proceder a trabalhos arqueológicos complementares que poderão passar pela realização de sondagens arqueológicas ou escavação manual em área nas dimensões a definir pela equipa de arqueologia.

4. Para diminuir potenciais impactes causados pela circulação de veículos, toda a circulação de pessoal e maquinaria em obra deverá ser realizada preferencialmente pêlos caminhos já existentes.

Em todas as acções que impliquem revolvimento de solos em áreas não alteradas pela presença de trabalhos associados ao Projecto, implementados em fase anterior, independentemente da responsabilidade dos mesmos, deverão ser realizados trabalhos arqueológicos de escavação e acompanhamento de acordo com o preconizado no Artigo 26.º do Plano de Pormenor do Chinicato:

Sistematizando, que respeita à totalidade da área de incidência do Projecto, em todas as situações que se verifiquem revolvimentos de solos em áreas não afectadas por anteriores trabalhos de escavação, tendo em consideração, os resultados da prospecção arqueológica, a presença de depósitos de aterro e áreas de visibilidade muito limitada em áreas de significativa afectação futura, e a sensibilidade arqueológica da envolvente, preconizam-se como medidas de minimização genéricas para evitar eventuais afectações as seguintes:

1. Acompanhamento Arqueológico sistemático da remoção dos depósitos de aterro e de desmatação, para evitar afectações mecânicas da superfície do solo original.
2. De acordo com o definido no Plano de Pormenor do Chinicato todas as Terraplenagens necessárias à regularização e preparação do terreno para instalação das novas infra-estruturas que compõem o projecto deverão ser precedidas da realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico. Estes trabalhos poderão, de acordo com os resultados obtidos durante os trabalhos de Acompanhamento Arqueológico das acções de desmatação, ser realizados com meios manuais ou mecânicos ligeiros, e deverão contemplar, pelo menos dez por cento da área a afectar por trabalhos de revolvimento de solos, até à cota de base da afectação a realizar ou até ser atingido o substrato geológico.
3. Realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico em todos os Lotes onde sejam realizados trabalhos de regularização de cota do terreno na **fase de Urbanização e Loteamento**. Estes trabalhos poderão, de acordo com os resultados obtidos durante os trabalhos de Acompanhamento Arqueológico das acções de desmatação e remoção dos aterros, ser realizados com meios manuais ou mecânicos ligeiros, e deverão contemplar, pelo menos dez por cento da área a afectar por trabalhos de revolvimento de solos, até à cota de base da afectação a realizar ou até ser atingido o substrato geológico.
4. Realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico em todos os lotes destinados a operações de urbanização, na **fase de construção de Habitações**. Estes trabalhos poderão, de acordo com os resultados obtidos durante os trabalhos de Acompanhamento Arqueológico das acções de desmatação e remoção dos aterros, ser realizados com meios manuais ou mecânicos ligeiros, e deverão contemplar, pelo menos dez por cento da área a afectar por trabalhos de revolvimento de solos, até à cota de base da afectação a realizar ou até ser atingido o substrato geológico.
5. Todos os trabalhos que impliquem revolvimentos de solos, nas áreas não sujeitas a sondagens, incluindo desmatações, decapagens, escavações e preparação de áreas de aterro, deverão ser objecto de Acompanhamento Arqueológico sistemático até ao topo do substrato geológico.
6. Os resultados do acompanhamento arqueológico poderão ditar a necessidade de se proceder a trabalhos arqueológicos complementares que poderão passar pela realização de novas sondagens arqueológicas ou escavação manual em área nas dimensões a definir pela equipa de arqueologia.

7. Na área Norte da propriedade, tendo em consideração as características geológicas o Acompanhamento arqueológico deverá ter em conta a possibilidade de se identificarem cavidades cársicas.

7.4. PATRIMÓNIO EDIFICADO

7.4.1. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Como referido no capítulo anterior, foram identificados no interior da área de estudo, três ocorrências de cariz edificado cujo valor patrimonial foi considerado reduzido EPE1, e EPE2, e médio EP3, salientando-se no entanto que os elementos mais significativos do conjunto EPE3 se localizarem no exterior da área em estudo não se prevendo que venham a ser afectados pela implementação do projecto de urbanização, em qualquer das suas dimensões.

No que concerne os restantes: EPE 1 – Pequena casa de habitação; EPE 2 – Casa de habitação; EPE 3 – Poço e tanque, está prevista no Plano de Pormenor do Chinicato a sua demolição, o que corresponde a uma afectação directa com destruição total do bem.

7.4.1.1. FASE DE CONSTRUÇÃO – PLANO DE URBANIZAÇÃO E LOTEAMENTO

Por se tratar de elementos patrimoniais de valor pouco significativo e que se encontram devolutos e em diferentes estados de ruína, estando prevista legalmente a sua demolição, considera-se como medida de minimização, para memória futura, a sua preservação pelo registo o qual deve passar por.

1. Registo fotográfico de pormenor do interior e exterior, fundamentalmente das técnicas e materiais utilizados na sua construção.
2. Realização de memória descritiva que contemple a descrição dos edifícios e das técnicas e materiais construtivos utilizados na sua edificação.

8. LIMITES AO CONHECIMENTO

O principal limite ao conhecimento encontrado no decurso da realização do presente trabalho prendeu-se com as deficientes condições de visibilidade encontradas em boa parte da área em estudo devido à presença de aterros, áreas alteradas e áreas de visibilidade muito reduzida causada pela presença de vegetação arbustiva e herbácea densa e alta.

Apesar de a situação encontrada no trabalho de campo desenvolvido em 2024 ser mais favorável do que a identificada em 2022, uma vez que a vegetação se encontrava mais seca existindo maiores áreas de clareira e algumas áreas onde a vegetação havia sido removida, conferir Anexo II, a situação de base está longe de ser a ideal para a detecção de vestígios arqueológicos móveis, fundamentalmente.

Acresce a este facto a situação de a área em estudo se encontrar em 2024 mais densamente ocupada por depósitos de lixo de deposição recente.

9. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguel e NEVES, Maria João, 2007, "Gaspar de Cima 2 (Odiáxere, Lagos, Faro). Arqueoestratigrafia e Caracterização Tecnológica de uma Indústria Lítica de Superfície", Arqueologia e História, n.º 2, 2.º Série, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portuguesas, pp. 47-55.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS, 2011, Plano de Pormenor do Chinicato

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS, Plano Director Municipal de Lagos.

FERREIRA, Maria Teresa, NEVES, Maria João e WASTERLAIN, Sofia, 2013, "Lagos Leprosarium (Portugal): Evidenses of Disease", Journal of Archaeological Science, 40, pp. 2298-2307.

GONÇALVES, Ana, MÓRAN, Elena e SILVA, Ricardo Costeira da, RICARDO , 2017, "Breve Apontamento Sobre a Cerca ("Velha") de Medieval de Lagos", Arqueologia em Portugal O Estado da Questão, 2017, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portuguesas, pp. 1581-1593.

MÓRAN, Elena e FERREIRA, Maria Teresa, 2018, "Lagos dos Descobrimentos: Contributos para a Delimitação do Núcleo Primitivo da Cidade e a Sua Expansão Extramuros até 1550", Arqueologia Urbana em Centros Históricos, Faro, Universidade do Algarve, pp. 243-254.

MÓRAN, Elena e PARREIRA, Rui, 2009, "Arqueologia Urbana em Lagos: Uma Década de Actividade", Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, 22, 23 e 24 de Outubro, Xelb, 10, Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 547-560

MÓRAN, Elena e PARREIRA, Rui, 2011, "Asentamiento Histórico em la Bahía de Lagos del V al I Milénio a.n.e.: Las Primeras Sociedades de Clases y Las Navegaciones Mediterráneas Tempranas", Gadir y el Círculo del Estrecho Revisados, Propuestas de la Arqueologia Desde um Enfoque Social, Cádiz, 2011, Càdiz, Junta de Andaluzia, pp. 113-129.

MÓRAN, Elena, 2017, "Crónica Literária e Registo Arqueológico: Usos Sociais da Memória dos Escravos Negros em Lagos", História e Património. Sines o Porto e o Mar. Actas do Colóquio, Sines, pp. 209-219.

NEVES, Maria João, ALMEIDA, Miguel e FERREIRA, Maria Teresa, 2009, "Separados na Vida e na Morte: Retrato do Tratamento Mortuário dado aos Escravos Africanos na Cidade Moderna de Lagos", Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, 22, 23 e 24 de Outubro, Xelb, 10, Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 547-560

NEVES, Maria João, ALMEIDA, Miguel e FERREIRA, Maria Teresa, 2011, "História de um Arrabalde Durante os Séculos XV e XVI: O "Poço dos Negros" em Lagos (Algarve, Portugal) e o Seu Contributo para o Estudo dos Escravos Africanos em Portugal", A Herança do Infante. História, Arqueologia e Museografia de Lagos, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, pp. 29-46.

PAULA, Frederico Mendes, MÓRAN, Elena e DIAZ-GUARDAMINO, Marta, 2005, "Reparação da Muralha no Largo de Santa Maria da Graça, Lagos", Terra em Seminário. IV Seminario Ibero-Americano de Construção em Terra. III Seminário Arquitectura de Terra em Portugal, Lisboa, Argumentum, pp. 131-132.

QUELHAS, Ana e ZAMBUJO, Gertrudes, 1998, "Jazidas Paleolíticas no Concelho de Lagos (Algarve): Abordagem Preliminar", Revista Portuguesa de Arqueologia, Volume 1, número 2, Lisboa Direcção Geral do Património Cultural, pp. 5-18.

TEICHNER, Felix, MAUSBACHER, Roland, DAUT, Gerhard, HOFER, Dana, SCHNEIDER, Heike, TROG, Carmen, 2014, "Investigações Geo-arqueológicas sobre a Configuração do Litoral Algarvio Durante o Holoceno", Revista Portuguesa de Arqueologia, Volume 17, Lisboa Direcção Geral do Património Cultural, pp. 141-158.

www.dgpc.pt

www.monumentos.pt

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Anexo I - Ficha de Património Arqueológico (2024)

Localização do Elemento Patrimonial na Carta Militar de Portugal, Escala 1:25.000, Folhas 602 e 603, Fonte Serviços Cartográficos do Exército

Localização do Elemento Patrimonial na Fotografia Aérea, imagens Google Earth, sem escala

SÍTIO

Referência	EPA3	**Designação**	Chinicato 3		
Localização	**Distrito**		Faro	**Concelho**	Lagos
	Freguesia		São Gonçalo de Lagos	**Lugar**	Encosta do Sol
	CMP 1:25.000 Folha		602	**Altitude**	22m
Coordenadas	**Latitude N**	37° 7'41.19"N (WGS84)		**Longitude W**	8°40'34.39"W (WGS84)
Tipo de Sítio	Vestígios de superfície			**Período Cronológico**	Pré-história recente.

Localização Face ao Projecto

No interior da área de incidência do Projecto. Ocupando áreas destinadas aos Lotes 196C, 197C, 198C, 199C, 200C, 201C, 202C, 220C, 221C, 22C, 223C e 224C, Prolongamento para Oeste da Rua A, estacionamentos e áreas de plantio de árvores e Arruamento A.

DESCRIÇÃO

À superfície do terreno no interior da Área 4, no limite NW da área de estudo, a meia encosta, foram identificados à superfície do terreno fragmentos de cerâmica de produção manual de cronologia Pré-histórica.

Bibliografia

Proprietário Antero Ramos Marques

Legislação

Classificação Monumento Nacional
Imóvel de Interesse Público
Imóvel de Interesse Municipal

Estado de conservação Indeterminado

Uso do Solo Terreno em pousio coberto por vegetação herbácea e arbustiva densa.

Ameaças Projecto de Loteamento

Protecção/Vigilância

Acessos Pela Estrada Municipal 355-1 até à entrada de Lagoa, virando para NW na Rotunda da EN 125.

ESPÓLIO

Descrição Cerâmica comum de produção manual.

Local de Depósito Não foi recolhida.

TRABALHO ARQUEOLÓGICO

Arqueólogo Responsável Luciana de Jesus

Tipo de Trabalho Prospecção arqueológica

Datas **Início** 20 de julho de 2024 **Fim** 20 de julho de 2024 **Duração (dias)** 2 dias de trabalho de campo

Projecto de Investigação Estudo de Impacte Ambiental do projecto de Urbanização da Encosta do Sol.

Objectivos

O trabalho teve como objectivo efectuar o diagnóstico da situação patrimonial bem como o levantamento, tão exaustivo quanto possível, do património localizado na área em estudo, através da consulta de bibliografia especializada, Bases de Dados disponíveis, análise cartográfica e toponímica da cartografia disponível, do contacto com instituições oficiais e da relocalização *in situ,* dos elementos identificados.

Efectuou-se o reconhecimento integral da área em estudo e sua prospecção sistemática, com o objectivo de relocalizar os elementos já conhecidos e identificar elementos não constantes da bibliografia consultada.

O trabalho de gabinete e de campo deu lugar a um relatório técnico final, elaborado de acordo com a metodologia proposta no capítulo respectivo e com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro). Este documento sistematiza os resultados obtidos, procurando identificar os impactes expectáveis e preconizar as medidas ambientais tidas por convenientes para a mitigação de impactes negativos e potenciação de impactes positivos.

Resultados Ver descrição.

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

ANEXO I - FICHA DE ELEMENTO PATRIMONIAL[1]

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

SÍTIO

Referência	EPA1	**Designação**	Chinicato 1		
Localização	**Distrito**		Faro	**Concelho**	Lagos
	Freguesia		São Gonçalo de Lagos	**Lugar**	Encosta do Sol
	CMP 1:25.000 Folha		602	**Altitude**	18m
Coordenadas	**Latitude N**	37° 7'31.54"N (WGS84)		**Longitude W**	8°40'28.99"W (WGS84)
Tipo de Sítio	Vestígios de superfície			**Período Cronológico**	Moderno e Contemporâneo
Localização Face ao Projecto				No interior da área de incidência do Projecto. Ocupando as áreas destinadas aos Lotes 37C, 38C e 39C, e área verde a Norte da ER 125.	

DESCRIÇÃO

À superfície do terreno no interior da Área 2, nas proximidades de uma casa de habitação actualmente em ruínas EPE1, foram identificados fragmentos cerâmicos, incluindo cerâmica vidrada, cerâmica comum e faianças de cronologia Moderna e Contemporânea.

Bibliografia

Proprietário Antero Ramos Marques

Legislação **Classificação** Monumento Nacional
Imóvel de Interesse Público
Imóvel de Interesse Municipal

Estado de conservação Indeterminado

Uso do Solo Terreno em pousio coberto por vegetação herbácea e arbustiva densa.

Ameaças Projecto de Loteamento

Protecção/Vigilância

Acessos Pela Estrada Municipal 355-1 até à entrada de Lagoa, virando para NW na Rotunda da EN 125.

ESPÓLIO

Descrição Cerâmica comum, cerâmica vidrada e faianças

Local de Depósito Não foi recolhida.

TRABALHO ARQUEOLÓGICO

Arqueólogo Responsável Luciana de Jesus

Tipo de Trabalho Prospecção arqueológica

Datas **Início** 20 de julho de 2024 **Fim** 20 de julho de 2024 **Duração (dias)** 2 dias de trabalho de campo

Projecto de Investigação Estudo de Impacte Ambiental do projecto de Urbanização da Encosta do Sol.

Objectivos O trabalho teve como objectivo efectuar o diagnóstico da situação patrimonial bem como o levantamento, tão exaustivo quanto possível, do património localizado na área em estudo, através da consulta de bibliografia especializada, Bases de Dados disponíveis, análise cartográfica e toponímica da cartografia disponível, do contacto com instituições oficiais e da relocalização *in situ,* dos elementos identificados.

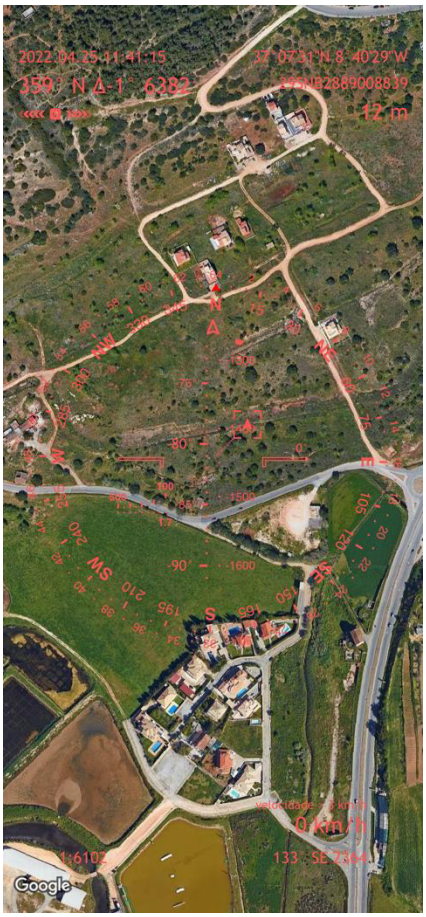
Efectuou-se o reconhecimento integral da área em estudo e sua prospecção sistemática, com o objectivo de relocalizar os elementos já conhecidos e identificar elementos não constantes da bibliografia consultada.

O trabalho de gabinete e de campo deu lugar a um relatório técnico final, elaborado de acordo com a metodologia proposta no capítulo respectivo e com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro). Este documento sistematiza os resultados obtidos, procurando identificar os impactes expectáveis e preconizar as medidas ambientais tidas por convenientes para a mitigação de impactes negativos e potenciação de impactes positivos.

Resultados Ver descrição.

[1] Elaborada de acordo com a Ficha de Sítio da DGPC – Direcção Geral do Património Cultural.

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda



Localização do Elemento Patrimonial na Carta Militar de Portugal, Escala 1:25.000, Folhas 602 e 603, Fonte Serviços Cartográficos do Exército

Localização do Elemento Patrimonial na Fotografia Aérea, imagens Google Earth, sem escala

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

SÍTIO

Referência	EPA2	**Designação**	Chinicato 2		
Localização	**Distrito**		Faro	**Concelho**	Lagos
	Freguesia		São Gonçalo de Lagos	**Lugar**	Encosta do Sol
	CMP 1:25.000 Folha		602	**Altitude**	18m
Coordenadas	**Latitude N**	37° 7'34.09"N (WGS84)		**Longitude W**	8°40'27.28"W (WGS84)
Tipo de Sítio	Vestígios de superfície			**Período Cronológico**	Romano, Moderno e Contemporâneo

Localização Face ao Projecto
No interior da área de incidência do projecto. Ocupando as áreas destinadas aos Lotes 88C, 89C, 90C, 91C, 92C, 93C, 94C, 95C, 96C, 97C, 98C, 99C, 100C, áreas destinadas a estacionamento e plantio de árvores.

DESCRIÇÃO

À superfície do terreno no interior da Área 2, a Norte do estradão aberto para a colocação de infra-estruturas, foram identificados fragmentos cerâmicos, incluindo cerâmica vidrada, cerâmica comum e faianças de cronologia Moderna e Contemporânea, bem como um bordo de dolium de cronologia romana, e um possível fragmento de asa.

Bibliografia

Proprietário Antero Ramos Marques

Legislação

Classificação Monumento Nacional
Imóvel de Interesse Público
Imóvel de Interesse Municipal

Estado de conservação Indeterminado
Uso do Solo Terreno em pousio coberto por vegetação herbácea e arbustiva densa.
Ameaças Projecto de Loteamento
Protecção/Vigilância
Acessos Pela Estrada Municipal 355-1 até à entrada de Lagoa, virando para NW na Rotunda da EN 125.

ESPÓLIO

Descrição Cerâmica comum, cerâmica vidrada e faianças
Local de Depósito Não foi recolhida.

TRABALHO ARQUEOLÓGICO

Arqueólogo Responsável Luciana de Jesus
Tipo de Trabalho Prospecção arqueológica

Datas **Início** 20 de julho de 2024 **Fim** 20 de julho de 2024 **Duração (dias)** 2 dias de trabalho de campo

Projecto de Investigação Estudo de Impacte Ambiental do projecto de Urbanização da Encosta do Sol.

Objectivos
O trabalho teve como objectivo efectuar o diagnóstico da situação patrimonial bem como o levantamento, tão exaustivo quanto possível, do património localizado na área em estudo, através da consulta de bibliografia especializada, Bases de Dados disponíveis, análise cartográfica e toponímica da cartografia disponível, do contacto com instituições oficiais e da relocalização *in situ,* dos elementos identificados.
Efectuou-se o reconhecimento integral da área em estudo e sua prospecção sistemática, com o objectivo de relocalizar os elementos já conhecidos e identificar elementos não constantes da bibliografia consultada.
O trabalho de gabinete e de campo deu lugar a um relatório técnico final, elaborado de acordo com a metodologia proposta no capítulo respectivo e com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro). Este documento sistematiza os resultados obtidos, procurando identificar os impactes expectáveis e preconizar as medidas ambientais tidas por convenientes para a mitigação de impactes negativos e potenciação de impactes positivos.

Resultados Ver descrição.

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Localização do Elemento Patrimonial na Carta Militar de Portugal, Escala 1:25.000, Folhas 602 e 603, Fonte Serviços Cartográficos do Exército

Localização do Elemento Patrimonial na Fotografia Aérea, imagens Google Earth, sem escala

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Anexo I - Ficha de Património Edificado (2024)

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

ANEXO I - FICHA DE ELEMENTO PATRIMONIAL

PATRIMÓNIO EDIFICADO

ELEMENTOS DESCRITIVOS

Referência EPE1 **Designação** Chinicato A
Localização Berma Norte da EM 535-1 Coordenadas 37° 7'30.93"N, 8°40'36.51"W (WGS84)
Localização face ao projecto No interior da área da Incidência do Projecto no interior da área destinada aos Lotes 49C e 50C.
Bibliografia
Proprietário
Época de Construção Indeterminada, possivelmente Moderna ou Contemporânea

Tipologia		**Categoria**	Património Edificado/histórico	
Arquitectura Civil Privada	X	**Classificação**	Monumento Nacional	
Arquitectura Civil Pública			Imóvel de Interesse Público	
Arquitectura Religiosa			Imóvel de Interesse Municipal	
Arquitectura Militar			Valor Histórico/etnográfico e Arquitectónico	
Arquitectura Erudita		De qualidade		
Arquitectura Popular		De acompanhamento		X
Arquitectura Urbana		Dissonante		
Arquitectura Rural		Sem interesse		

Legislação: Não aplicável por não se tratar de bem classificado.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Geral		**Estrutura**		**Cobertura**		**Interior**	
Em ruína		Em ruína		Parcialmente em ruína		Parcialmente em ruína	
Adições							
Alterações	Ligeiras		Profundas		Isento		X
Modo Associativo	Isolado	X	Agrupado Contínuo		Agrupado descontínuo		

VALOR PATRIMONIAL

		Valor		
Valor criativo		Valor de Integração		1
Valor Sócio-Religioso		Valor Estilístico		
Valor Histórico		Valor de Pertença		
Valor Científico		Nível de Conhecimento		
Valor Estético	1	Valor Patrimonial	Reduzido	2

DESCRIÇÃO

Antiga casa de habitação pertencente possivelmente a um pequeno casal agrícola. O elemento edificado encontra-se arruinado, estando ausente parte da cobertura e do reboco, expondo a fábrica de construção em alvenaria de pedra ligada apenas por terra, sendo que a fábrica corresponde ao elemento mais importante do imóvel.
A edificação encontra-se dividida em dois corpos de planta rectangular, adossados cobertos por telhado de uma e duas águas com cobertura de telha lusa.

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Localização do Elemento Patrimonial na Carta Militar de Portugal, Escala 1:25.000, Folhas 602 e 603, Fonte Serviços Cartográficos do Exército

Localização dos Elemento Patrimonial na Fotografia Aérea, imagens Google Earth, sem escala

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

REGISTO FOTOGRÁFICO

Levantamento 2022

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Levantamento 2024

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

ELEMENTOS DESCRITIVOS

Referência EPE2 **Designação** Chinicato B
Localização Berma Norte da EM 535-1 Coordenadas 37° 7'30.34"N, 8°40'29.66"W (WGS84)
Localização face ao projecto No interior da área da Incidência do Projecto no interior da área verde confinante a Norte com a ER125.
Bibliografia
Proprietário
Época de Construção Indeterminada, possivelmente Moderna ou Contemporânea

Tipologia		**Categoria**	Património Edificado/histórico	
Arquitectura Civil Privada	X	**Classificação**	Monumento Nacional	
Arquitectura Civil Pública			Imóvel de Interesse Público	
Arquitectura Religiosa			Imóvel de Interesse Municipal	
Arquitectura Militar			Valor Histórico/etnográfico e Arquitectónico	
Arquitectura Erudita		De qualidade		
Arquitectura Popular		De acompanhamento		X
Arquitectura Urbana		Dissonante		
Arquitectura Rural		Sem interesse		

Legislação: Não aplicável por não se tratar de bem classificado.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Geral		**Estrutura**		**Cobertura**		**Interior**	
Em ruína		Em ruína		Parcialmente em ruína		Parcialmente em ruína	
Adições							
Alterações	Ligeiras		Profundas		Isento		X
Modo Associativo	Isolado	X	Agrupado Contínuo		Agrupado descontínuo		

VALOR PATRIMONIAL

		Valor		
Valor criativo		Valor de Integração		1
Valor Sócio-Religioso		Valor Estilístico		
Valor Histórico		Valor de Pertença		
Valor Científico		Nível de Conhecimento		
Valor Estético	1	Valor Patrimonial	Reduzido	2

DESCRIÇÃO

Antiga casa de habitação pertencente possivelmente a um pequeno casal agrícola. O elemento edificado encontra-se arruinado, estando ausente parte da cobertura e do reboco, expondo a fábrica de construção em taipa, sendo que a fábrica corresponde ao elemento mais importante do imóvel.
A edificação, de planta rectangular, apresenta telhado de duas águas com cobertura de telha lusa, encimada por chaminé tipicamente algarvia.

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Localização do Elemento Patrimonial na Carta Militar de Portugal, Escala 1:25.000, Folhas 602 e 603, Fonte Serviços Cartográficos do Exército

Localização dos Elemento Patrimonial na Fotografia Aérea, imagens Google Earth, sem escala

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

REGISTO FOTOGRÁFICO

Levantamento 2024

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Levantamento 2024

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

ELEMENTOS DESCRITIVOS

Referência EPE3 **Designação** Caliças
Localização Berma Sul da EM 535-1 Coordenadas 37° 7'32.16"N, 8°40'40.03"W (WGS84) quinta
37° 7'33.42"N, 8°40'40.69"W (WGS84) poço

Localização face ao projecto A Quinta encontra-se maioritariamente no exterior da área de estudo no entanto um elemento que se considera que lhe pertence, poço circular e tanque, encontra-se no interior da área de incidência do Projecto, interior da área destinada aos Lotes 103C e 104C.

Bibliografia
Proprietário
Época de Construção Indeterminada, possivelmente Moderna ou Contemporânea

Tipologia		**Categoria**	Património Edificado/histórico	
Arquitectura Civil Privada	X	**Classificação**	Monumento Nacional	
Arquitectura Civil Pública			Imóvel de Interesse Público	
Arquitectura Religiosa			Imóvel de Interesse Municipal	
Arquitectura Militar			Valor Histórico/etnográfico e Arquitectónico	
Arquitectura Erudita		De qualidade		X
Arquitectura Popular		De acompanhamento		X
Arquitectura Urbana		Dissonante		
Arquitectura Rural		Sem interesse		

Legislação: Não aplicável por não se tratar de bem classificado.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Geral		**Estrutura**		**Cobertura**		**Interior**	
Em ruína		Em ruína		Parcialmente em ruína		Parcialmente em ruína	
Adições							
Alterações	Ligeiras		Profundas		Isento		X
Modo Associativo	Isolado	X	Agrupado Contínuo		Agrupado descontínuo		

VALOR PATRIMONIAL

		Valor		
Valor criativo	1	Valor de Integração		1
Valor Sócio-Religioso		Valor Estilístico		1
Valor Histórico		Valor de Pertença		1
Valor Científico		Nível de Conhecimento		
Valor Estético	1	Valor Patrimonial	Médio	5

DESCRIÇÃO

O elemento é formado por um conjunto edificado situado na berma da EM 535-1, com frontaria virada a Sul para a área do paul e colina ocupada pela Ermida de São pedro do Pulgão referida na Carta Militar como Santuário de Nossa Senhora dos Aflitos. O conjunto é formada por casa de habitação e anexos agrícolas. O espaço de lazer exterior integra um tanque decorativo alimentado por um aqueduto que procede do limite Oeste da propriedade, Os elementos principais do conjunto situam-se no exterior da área de estudo, no entanto no seu interior localiza-se um poço circular e tanque em alvenaria de pedra rebocada com argamassa de areia e cal, aparentemente semelhante à dos elementos do conjunto edificado. Este poço de mergulho era alimentado por uma mina de água possivelmente com diversas nascentes.
O conjunto edificado é, tanto quanto se pode observar nas áreas onde não possui reboco de fábrica em taipa.

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Localização do Elemento Patrimonial na Carta Militar de Portugal, Escala 1:25.000, Folhas 602 e 603, Fonte Serviços Cartográficos do Exército

Localização dos Elemento Patrimonial na Fotografia Aérea, imagens Google Earth, sem escala

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

REGISTO FOTOGRÁFICO

Levantamento 2022

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Levantamento 2024

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Anexo II - Quadro Síntese (2024)

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

ANEXO II - QUADRO SÍNTESE DO TRABALHO ARQUEOLÓGICO REALIZADO

Área	Localização	Descrição	Tipo de Trabalho	Resultados
1 – parcela de terreno delimitada pela EM 125 e o caminho de acesso ao interior da área de estudo a partir da rotunda. Delimitada a norte pelo caminho central.	Chinicato Freguesia de São Gonçalo de Lagos Concelho de Lagos 37° 7'35.98"N 8°40'21.06"W	Orografia – Terreno com pendente pouco acentuada com sentido NW-SE em direcção à EM 125. Solos – Arenoargilosos densos de coloração avermelhada. Substrato geológico - Calcários Coberto vegetal – em 2012, nesta área estavam presentes manchas com diferentes ocupações vegetais e antrópicas. O coberto vegetal era maioritariamente constituído por vegetação herbácea e arbustiva densa, e muito densa que dificulta a visibilidade do solo e áreas de maiores abertas. No interior de uma pequena área ocupada por olival, a vegetação era particularmente densa o mesmo ocorrendo nos limites NE e SW da parcela. A zona central encontra-se bastante alterada por acções antrópicas de escavação, aterro e construção de edificação e infra-estruturas. A área da parcela mais próxima da estrada apresentava vegetação herbácea menos densa o que facilitava a visibilidade do solo. Apresenta abundantes áreas em que o substrato geológico aflora à superfície Em 2024 apesar de a vegetação se encontrar mais seca em toda a área preservam-se as difíceis condições de visibilidade em virtude da presença de vegetação muito alta e vegetação rasteira densa apesar de seca. Visibilidade – Reduzida com áreas de clareira onde a visibilidade era mais facilitada e áreas de visibilidade nula no interior do olival e limites NE e SW.	Prospecção sistemática em fiadas de c. 10m entre si. Percurso integral da parcela. Observação dos cortes existentes no terreno e dos terrenos sobrantes das escavações para a realização de infra-estruturas.	Não foram identificados vestígios arqueológicos nesta parcela. Foram identificadas estruturas etnográficas sem valor patrimonial, poços e casas de arrumos em alvenaria de tijolo e cimento.

2022

2022

2022

2022

2022

2024

2024

2024

2024

2024

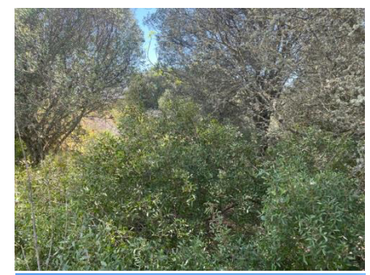
MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Área	Localização	Descrição	Tipo de Trabalho	Resultados	
2 – parcela localizada entre a EM 535-1 e o caminho de acesso ao interior da área em estudo através da rotunda. Delimitada a norte pelo caminho central.	Chinicato Freguesia de São Gonçalo de Lagos Concelho de Lagos 37° 7'33.28"N 8°40'29.09"W	Orografia – Terreno com pendente pouco acentuada com sentido NW-SE em direcção à estrada. Solos – Areno-argilosos densos de coloração avermelhada. Substrato geológico - Calcários Coberto vegetal – em 20222 nesta área estavam presentes áreas com diferentes ocupações vegetais e antrópicas. O coberto vegetal era maioritariamente constituído por vegetação herbácea e arbustiva densa, e muito densa que dificultava a visibilidade do solo e áreas de maiores abertas. A área encontra-se afectada pela abertura de uma infra-estrutura no sentido W-E, sensivelmente a meio. Apresenta e áreas afectadas por trabalhos de escavação e depósito de sobrantes da implantação das infra-estruturas já realizadas. Extensas áreas onde o substrato geológico aflora à superfície. Em 2024 a vegetação encontrava-se mais seca permitindo maiores áreas de visibilidade acrescida, no entanto nota-se uma maior presença de entulho e lixo recente que dificultam a visibilidade do solo. Acções de limpeza pontual de vegetação, nomeadamente na berma da Estrada municipal permitiram uma melhor visibilidade do solo e a identificação de novos elementos etnográficos. Visibilidade – Reduzida com áreas de clareira onde a visibilidade era mais facilitada.	Prospecção sistemática em fiadas de c. 10m entre si. Percurso integral da parcela. Observação dos cortes existentes no terreno e dos terrenos sobrantes das escavações para a realização de infra-estruturas.	No que concerne o património arqueológico, nesta parcela foram identificadas duas áreas de dispersão de vestígios cerâmicos, EPA 1 e EPA2, descritos nas fichas de património arqueológico constantes no Anexo II. Em relação ao património edificado foi relocalizado nesta parcela o EPE 2, descrito nas fichas de património edificado constantes do Anexo II. EPE 2 – 2024	A limpeza do perfil confinante com a estrada permitiu a identificação de um muro de pedra seca de calcário que não foi individualizado por não se considerar o valor patrimonial relevante para o facto.

2022

2022

2022



2022

2022

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Área	Localização	Descrição	Tipo de Trabalho	Resultados
3 – parcela localizada no limite SW da área em estudo	Chinicato Freguesia de São Gonçalo de Lagos Concelho de Lagos 37° 7'31.90"N 8°40'37.07"W	Orografia – Terreno com pendente pouco acentuada com sentido NW-SE em direcção à estrada. Solos – Areno-argilosos densos de coloração avermelhada. Substrato geológico - Calcários Coberto vegetal – esta área encontrava-se em 2022, como no presente profundamente alterada pela colocação de entulhos procedentes da demolição de um conjunto edificado ainda observável no levantamento do Google Earth, datado de 2015. Em 2024 a vegetação encontrava-se mais seca permitindo maiores áreas de visibilidade acrescida, no entanto nota-se uma maior presença de entulho e lixo recente que dificultam a visibilidade do solo. Acções de limpeza pontual de vegetação, nomeadamente na berma da Estrada municipal permitiram uma melhor visibilidade do solo e a identificação de novos elementos etnográficos. Visibilidade – Reduzida com áreas de clareira onde a visibilidade era mais facilitada.	Prospecção sistemática em fiadas de c. 10m entre si. Percurso integral da parcela. Observação dos cortes existentes no terreno e dos terrenos sobrantes das escavações para a realização de infra-estruturas.	Não foram identificados vestígios arqueológicos nesta parcela. Nesta parcela localiza-se o EPE 1, descrito nas fichas de património edificado constantes do Anexo II. Nesta parcela foi identificada uma eira circular delimitada por muro de alvenaria de pedra que não foi individualizada por não se considerar de significativo valor patrimonial. No perfil da estrada foi identificada uma estrutura em alvenaria pobre de pedra que foi referenciada de que resta apenas um pequeno tramo de muro, possivelmente pertencente a uma estrutura de apoio à actividade agrícola. Não foi individualizada por não se considerar de significativo valor patrimonial.

2024

2024

2024

2024

2024

EPE 1

2022

2022

2022

2022

2022

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Área	Localização	Descrição	Tipo de Trabalho	Resultados
2024	2024	2024	2024	
4 – parcela localizada no limite NW da área em estudo delimitada pela EM 535-1, e pelo caminho central a sul.	Chinicato Freguesia de São Gonçalo de Lagos Concelho de Lagos 37° 7'36.69"N 8°40'34.49"W	Orografia – Terreno com pendente acentuada com sentido N-S. A parcela é composta pela meia encosta e base da elevação que delimita a Norte a Área de Estudo. Solos – Areno-argilosos densos de coloração avermelhada. Substrato geológico - Calcários Coberto vegetal – em 2022 esta parecel encontrava-se ocupada por vegetação herbácea e arbustiva densa, com áreas de visibilidade muito dificultada, fundamentalmente no limite SW e nas proximidades das habitações já construídas. Na área de meia encosta a vegetação apresentava-se mais esparsa o que permitia uma melhor visibilidade do solo. Apresenta áreas alteradas pela construção de infra-estruturas e depósitos de aterros, bem como áreas em que o substrato geológico aflora à superfície. Em 2024 a vegetação encontrava-se mais seca permitindo maiores áreas de visibilidade acrescida, no entanto continua a apresentar áreas de densa cobertura herbácea alta e fundamentalmente maiores áreas de dispersão de lixos e entulhos recentes que dificultam a visibilidade do solo. Visibilidade – Reduzida com áreas de clareira onde a visibilidade era mais facilitada.	Prospecção sistemática em fiadas de 10m de distância. Percurso integral da parcela. Observação dos cortes existentes no terreno e dos terrenos sobrantes das escavações para a realização de infra-estruturas.	No que respeita ao património arqueológico, foi identificado nesta parcela o EPA 3, descrito nas fichas de património arqueológico constantes no Anexo II. Nesta parcela localiza-se um poço circular pertencente ao EPE3, descrito nas fichas de património edificado constantes do Anexo II. EPE 3 Poço – 2024 EPA 3	Nas proximidades do elemento patrimonial 3 – Poço foi identificada uma pequena concentração de fragmentos cerâmicos que, no entanto parecem pertencer todos ao mesmo recipiente.

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Área	Localização	Descrição	Tipo de Trabalho	Resultados
5 – parcela localizada no limite NE da área em estudo, delimitada pelo caminho de acesso à urbanização localizada a NE e o limite da área em estudo.	Chinicato Freguesia de São Gonçalo de Lagos Concelho de Lagos 37° 7'44.34"N 8°40'29.03"W	Orografia – Terreno aplanado localizado no topo da elevação que delimita a norte a área de estudo e área de pendente acentuada em direcção ao vale. Solos – Areno-argilosos densos de coloração castanho-avermelhada. Substrato geológico - Calcários Coberto vegetal – Área ocupada por bosque com densa vegetação arbustiva, mas com áreas de clareira onde a visibilidade se encontra mais facilitada. No limite NE a área encontra-se profundamente alterada por escavação. Visibilidade – Reduzida com áreas de clareira onde a visibilidade era mais facilitada.	Prospecção sistemática em fiadas de 10m de distância. Percurso integral da parcela. Observação dos cortes existentes no terreno e dos terrenos sobrantes das escavações para a realização de infra-estruturas.	Não foram identificados vestígios arqueológicos nesta parcela. Nesta parcela foi identificada uma eira, que não foi individualizada por não se considerar de significativo valor patrimonial.

2022

2022

2022

2022

2022

2022

2024

2024

2024

2024

2024

2024

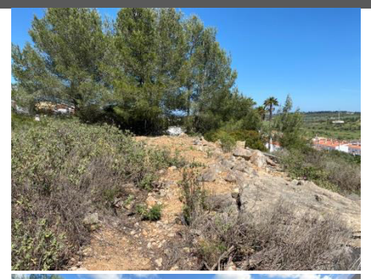
2024

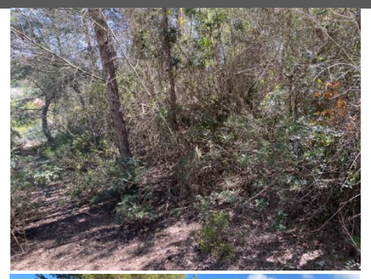
MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Área	Localização	Descrição	Tipo de Trabalho	Resultados
6 – Parcela central parcialmente ocupada por edificado.	Chinicato Freguesia de São Gonçalo de Lagos Concelho de Lagos 37° 7'39.40"N 8°40'26.25"W	Orografia – Terreno aplanado localizado na base da elevação que delimita a área de estudo. Solos – Areno-argilosos densos de coloração castanho-avermelhada. Substrato geológico - Calcários Coberto vegetal – Área ocupada por vegetação herbácea e arbustiva densa e alterada pela presença de casas de habitação uni-familiar e de uma área de escavação. Os trabalhos de 2024 encontraram significativas alterações fundamentalmente devidas à presença de vegetação mais seca e à limpeza das parcelas mais próximas das habitações. Visibilidade – Reduzida com áreas de clareira onde a visibilidade era mais facilitada.	Prospecção sistemática em fiadas de 10m de distância. Percurso integral da parcela. Observação dos cortes existentes no terreno, área escavada e dos terrenos sobrantes das escavações para a realização de infra-estruturas.	Não foram identificados vestígios arqueológicos nesta parcela.

2024

2024


2024


2024

2024

2022

2022

2022

2022

2022

MUNTU ARDHI
Estudos Humanísticos Lda

Área	Localização	Descrição	Tipo de Trabalho	Resultados
7 – Parcela no limite NE da área em estudo delimitado pela urbanização e pelo caminho central.	Chinicato Freguesia de São Gonçalo de Lagos Concelho de Lagos 37° 7'41.37"N 8°40'21.40"W	Orografia – Terreno com pendente acentuada com sentido N-S. A parcela é composta pela meia encosta e base da elevação que delimita a Norte a Área de Estudo. Solos – Areno-argilosos densos de coloração avermelhada. Substrato geológico - Calcários Coberto vegetal – em 2022 esta área encontrava-se ocupada por vegetação herbácea e arbustiva densa, com áreas de visibilidade muito dificultada na área mais aplanada e arbustiva muito densa nas áreas de meia encosta com maior pendente. Áreas intransitáveis. Apresenta áreas alteradas pela colocação de aterros. Nesta área a alteração fundamental encontrada em 2024 foi a possibilidade de acesso ao interior de uma área considerada intransitável em 2022 e a presença de uma área de terreno limpo no limite da parcela junto às edificações. Visibilidade – Reduzida com áreas de clareira onde a visibilidade é um pouco mais facilitada e com áreas intransitáveis.	Prospecção sistemática em fiadas de 10m de distância. Percurso integral da parcela. Observação dos cortes existentes no terreno, área escavada e dos terrenos sobrantes das escavações para a realização de infra-estruturas.	Não foram identificados vestígios arqueológicos nesta parcela.

2024

2024

2024

2024

2024

2022

2022

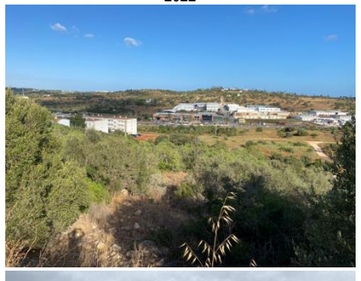
2022

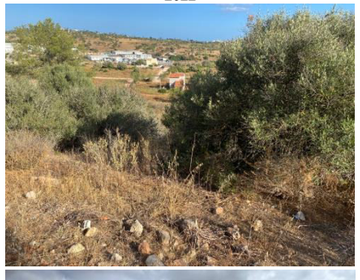
2022

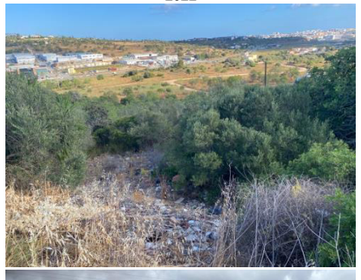
2022

2022

2022







2024

2024

2024

Localização das áreas referenciadas no quadro. Google Earth Pro, 2015, sem escala

Visibilidade 2022. Google Earth Pro, 2015, sem escala

Visibilidade 2024. Google Earth Pro, 2015, sem escala

Elementos patrimoniais 2022, localização. Google Earth Pro, 2015, sem escala

Anexo III – Autorização do Pedido de Trabalhos Arqueológicos

Assunto: PATA (Prospeção) de trabalho de categoria C, no âmbito de EIA

Requerente: Luciana Paula Ribeiro de Jesus

Local: Lagos – Encosta do Sol

Servidão Administrativa: Inexistente
Património Arqueológico Villa romana de São Pedro de Pulgão [CNS: 6979]

Inf. n.º SI:
N.º Proc.: CS: 268029

Nº DRCAlg (cód. manual) 240380
Data Ent. Proc.: 13/06/2024

Despacho:

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMÓNIO CULTURAL
INSTITUTO PÚBLICO

Aprovo.

Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão de Arqueologia, Territórios e Valores Ambientais
por delegação de competências

Assinado por: **ANA SOFIA BRÁS GOMES**
Num. de Identificação: 10507679
Data: 2024.07.08 18:07:13+01'00'

PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P. Casa Allen, Rua António Cardoso, nº 175, 4150-081 Porto.
Telf: +351 226 000 454 E-mail: geral@patrimoniocultural.gov.pt

Parecer:
Diretor da Unidade de Cultura (e.r.s. – Deliberação n.º 847/2024 do Conselho Diretivo da CCDR Algarve, I. P., DR n.º 125/2024, Série II de 01 de Julho):
Em concordância com a informação técnica, propõe-se ao Património Cultural, I.P. a emissão de despacho favorável à aprovação do PATA.

INFORMAÇÃO

1. *Enquadramento legal*

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 36/2021, de 14/06, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural.
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97, de 9 de outubro de 1997, que aprova a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 24 de maio, que aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (DR, 1.ª série, n.º 149, de 03/08/2007);
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro, que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua versão mais recente, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda;
- Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, que procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos;
- Decreto-Lei n.º 78/2023 de 4 de setembro, que procede à criação do Património Cultural, I.P., e aprova a respetiva orgânica;
- Portaria n.º 388/2023 de 23 de novembro, que aprova os estatutos do Património Cultural, I.P.;
- Portaria n.º 403/2023, de 5 de dezembro, que aprova os Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I. P.
- Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

2. *Âmbito*

Nos termos referidos no art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, e na prossecução das competências previstas na alínea d) e e) do n.º 1 do art.º 9.º da Portaria n.º 403/2023, de 5 de dezembro, a CCDR Algarve, I.P., procede à apreciação e emite parecer instrutório acerca do pedido de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos da categoria C (prospeção) no imóvel acima referido, sob a responsabilidade de Luciana Paula Ribeiro de Jesus, enquadrado pela entidade MUNTU ARDHI, Estudos Humanísticos, Lda, e contratado por URBANIPERA.

3. *Antecedentes processuais*

Existem antecedentes relativos a este processo em arquivo:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P.
Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro ● Portugal
Tel: +351 289 895 200 ● E-mail:geral@ccdr-alg.pt ● www.ccdr-alg.pt

CS 64231,198060, 215017 - EIA – Plano de Pormenor do Chinicato (CS), com RTA aprovado da Terralevis, Lda.;

Processo de Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (acompanhamento) (CS 221780), com parecer favorável condicionado por despacho do Subdiretor Geral da DGPC de 07/07/2021. Este trabalho não se chegou a iniciar.

CS 233179 – Desvinculação da arqueóloga Seba Mayya do PATA de acompanhamento arqueológico (CS 221780).

CS 234813 – Processo de Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (prospeção), com parecer favorável por despacho do Subdiretor Geral da DGPC, de 28/04/2022.

CS: 244001 – Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA), com parecer favorável condicionado

CS 246882 – Procedimento de AIA do EIA do projeto da Urbanização Encosta do Sol, com parecer favorável

4. *Situação de referência / Análise da envolvente*

4.1. Pretende o promotor executar obras de construção de Loteamento.

4.2. A pretensão localiza-se em área com sensibilidade arqueológica arqueológica elevada, na proximidade da *Villa* romana de São Pedro de Pulgão.

5. *Caracterização da Pretensão*

5.1. A intervenção tem como objetivo realizar trabalhos da categoria C para cumprimento de condicionantes de licenciamento de obras.

5.2. No terreno, pretende o requerente efetuar relocalização de elementos patrimoniais e prospecção arqueológica sistemática.

5.3. Verifica-se que a intervenção requerida não é intrusiva no subsolo.

5.4. Os trabalhos estão agendados para se iniciarem assim que existir autorização por parte da tutela.

6. *Adequação aos instrumentos de gestão territorial e regulamentos vigentes*

Verifica-se que a proposta tem em conta as orientações estratégicas de base territorial e os objetivos operativos do PROT-Algarve, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 24 de maio (DR, 1.ª série, n.º 149, de 03/08/2007), no domínio da salvaguarda e valorização do Património Cultural Histórico-Arqueológico.

7. *Análise e mérito da Pretensão: aspetos formais*

7.1. O requerimento encontra-se corretamente instruído pelos requerentes com proposta de Plano de Trabalhos, conforme o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos anexo ao Decreto-Lei 164/2014, de 04 de Novembro.

7.2. O requerente tem dado cumprimento ao previsto no n.º 10 do Artigo 5º e do n.º 2 e 3 do Artigo 14º (as obrigações fixadas em anteriores autorizações e entrega de Relatórios).

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P.
Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro ● Portugal
Tel: +351 289 895 200 ● E-mail:geral@ccdr-alg.pt ● www.ccdr-alg.pt

8. *Análise e mérito da pretensão: adequação às condicionantes da operação urbanística*

8.1. Como medida preventiva de eventual afetação sobre património arqueológico não classificado, pretende o requerente executar, a expensas do promotor, os trabalhos arqueológicos necessários à salvaguarda do património arqueológico através do registo científico dos depósitos de natureza sociohistórica e construções associadas, em conformidade com o disposto no n.º 1 e no n.º 5 do Artigo 75º e com o n.º 3 do Artigo 79º da Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro.

8.2. As medidas preventivas propostas adequam-se às condicionantes de licenciamento da obra.

8.3. A metodologia específica de prospeção-registo é adequada à especificidade do sítio e está em condições de poder ser aceite.

8.4. A equipa técnica é conforme à experiência e credenciação necessárias para poder assumir a direção dos trabalhos previstos.

9. *Procedimentos complementares e condicionantes da intervenção requerida*

9.1. Os trabalhos no terreno não poderão ser iniciados sem que o requerente:

- confirme, com a possível antecedência, a data de início dos trabalhos no terreno, notificando a CCDR-Algarve através do endereço eletrónico arqueologia@cultalg.gov.pt e o setor de Arqueologia da CM de Lagos.

9.2. A ulterior monitorização e controlo dos trabalhos arqueológicos constitui atribuição da

CCDR-Algarve, nos termos da alínea l) do nº 1 do art.º 9º da Portaria nº 403/2023, de 5 de Dezembro.

9.3. A apresentação dos resultados será efetuada em Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro, podendo ser antecipada em Relatório Preliminar sujeito à aprovação da administração patrimonialmente competente e tendo em conta, nomeadamente, o disposto no n.º 2 do art.º 79.º da Lei 107/2001, de 8 de setembro.

10. *Proposta de decisão*

Face ao exposto, parece de propor ao Património Cultural, I.P. a aprovação do Plano de Trabalhos e a concessão da respetiva autorização sob a responsabilidade técnica de Luciana Paula Ribeiro de Jesus.

A Arqueóloga, a 02/07/2024

Ângela Guilherme Ferreira

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P.
Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro ● Portugal
Tel: +351 289 895 200 ● E-mail:geral@ccdr-alg.pt ● www.ccdr-alg.pt

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P.
Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro ● Portugal
Tel: +351 289 895 200 ● E-mail:geral@ccdr-alg.pt ● www.ccdr-alg.pt